

CAPÍTULO 4

FLORESTA EM MOVIMENTO: USAR, REGENERAR, CUIDAR (SÉCULOS XIV-XIX)

Cristina Joanaz de Melo
Investigadora integrada (IHC – NOVA FCSH)

Introdução

Bosques, matas e arvoredos de outrora são um mundo a descobrir. Traçar a evolução da floresta invisível, isto é, da floresta que foi, desapareceu e voltou a ser, pode tornar-se uma aventura sem rumo ou destino certo. Tal itinerário epistemológico implica estudar recursos florestais – árvores e arbustos – fruídos, abatidos, queimados, desaparecidos, renascidos e repostos¹. Para validar a proposta é necessário aferir acerca da dimensão e proporcionalidade da floresta recuperada, plantada e mantida relativamente àquela que se tem estudado como tendo desaparecido.

Daí não decorre qualquer branqueamento ou desmentido acerca da erradicação de florestas inteiras pelo agente humano no passado, em várias geografias do Planeta, legado indesmentível para os séculos XX e XXI. Todavia, é fundamental analisar as práticas ambientais no seu devido contexto histórico considerando o quadro de referências do período em estudo e não, à luz de impactos verificados *a posteriori*.

¹ As evidências encontram-se na longa duração desde o século XVI ao XVIII nas coutadas reais portuguesas cujas fontes se indicam em local adequado.

Atendendo a esta premissa, desvinculamo-nos do ponto de partida sobre destruição e apontamos outro: o da evolução de paisagens florestais considerando tanto períodos e áreas de abate agressivo como a sua possível regeneração, em geografias nas quais se integra o fator humano ou onde se verifica interação deste tanto com áreas florestais por si manipuladas como silvestres².

No âmbito da história das paisagens florestais, pensamos que, só examinando ciclos de floresta desbastada, ardida, destruída, erradicada mas também regenerada de *per se*, reposta e até expandida por intervenção de agência humana, é que se poderá calibrar a análise da evolução do parque lenhoso ao longo da história.

Esta proposta exige uma cronologia de observação superior ao tempo que as espécies florestais levam a regenerar. Requer igualmente verificação, nas fontes primárias, se a narrativa acerca da destruição atende às necessidades imediatas de consumo em áreas de proximidade confortável da sua fruição e se haveria ou não alternativa aos mesmos produtos em geografias mais distantes.

É realidade que, nos séculos XX e XXI, somos herdeiros do exaurimento de múltiplos recursos naturais e até mesmo, de erradicação definitiva de sistemas de suporte de vida do Planeta³. No entanto, para a Época Moderna, é necessário acompanhar o estudo sobre desgaste de floresta por análise equivalente acerca da recuperação de património florestal por forma a calibrar as conclusões a retirar sobre a evolução da floresta em Portugal mesmo no quadro do Império Naval.

² Para discussão sobre o conceito de paisagem, consultar por exemplo A. Queiroz, *A Paisagem De Terras Do Demo*, Lisboa, Gulbenkian / Esfera do Caos, 2009.

³ J. Pádua, *Um sopro de destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista, 1786-1888*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002, pp. 27-30; J. Pereira, F. Rego, J. Silva, T. Silva, [ed.], *Incêndios Florestais Em Portugal: Caracterização, Impactes E Prevenção*, Lisboa, ISA Press, 2006; N. Devy-Vareta, e A. Alves, 'Os avanços e recuos da floresta em Portugal – da Idade Média ao Liberalismo', *Floresta E Sociedade: Uma História Em Comum*, vol.7, Lisboa, FLAD/Público/LPN, 2007, pp. 55-75.

A hipótese e abordagem que propomos desenvolver sobre gestão florestal no passado redirecionam o problema da exploração de espaços arborizados para o horizonte das soluções ambientais e de resgate ecológico. O caso de estudo que fundamenta esta problematização desenvolve-se em Portugal, em particular sobre os perímetros de coutadas reais, ao longo da segunda metade do século XVIII e até à deslocação da família real portuguesa para o Brasil em 1807. Aqueles terrenos viram o seu parque arbóreo e arbustivo ser desgastado, mas também, fruído, mantido, reposto e aumentado.

Considerando o exposto, pretendemos averiguar que floresta existia num dado momento e como evoluiu numa paisagem relativamente circunscrita ao longo do tempo, atendendo a um quadro de pressão crescente sobre produtos lenhosos.

No caso português, como no de outras regiões europeias, a conceção de propostas para a regeneração da floresta da Coroa inscreve-se no articulado do Império, o qual envolve um circuito transoceânico de permutas de entre todas as suas parcelas onde se inclui o trânsito de espécies botânicas⁴. Os dirigentes portugueses, entre 1789 e 1800, abraçariam a *naturalização de espécies florestais exóticas* como parte do programa de recomposição mais célere da floresta das coutadas reais e eventualmente do reino que importava testar⁵.

⁴ M. Câmara, 'Ensaio de Descrição Física, E Económica da Comarca Dos Ilhéus Na América', in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa 1789-1815*, Tomo III, J. Cardoso, (Dir.), Lisboa, Banco de Portugal, 1991 [1789], pp 229-260; Entre outros autores: A. Solórzano, D. Cabral e R. Oliveira, 'Revealing Hidden Forest Dialogues: Species Introduction, Charcoal Production and the Environmental History of Rio de Janeiro's Urban Forests' in *Environmental History in the Making*, Vol II: Acting, Coord C. Melo, E. Vaz e L. Pinto, Switzerland, Springer, 2017, pp. 219-237.

⁵ J. Loureiro, , 'De transplantação das árvores mais úteis de países remotos' in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa 1789-1815*, Tomo III, J. Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco de Portugal, 1991, pp. 119-126; J. Castro, 'Memória sobre o Malvaíscio do Distrito da Vila da Cachoeira no Brasil', in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa 1789-1815*, Tomo III, J. Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco de Portugal, 1991[1790], pp. 281-286; D. Vandelli, 'Memória sobre algumas Produções Naturais das Conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam, in

Esta análise considera então elementos e escalas muito diferenciadas que vão do universo local (afeto a um regime específico de propriedade, a coutada régia), ao universo macro do Império. O ponto de partida coloca-se numa medida extraordinária de reforço do parque florestal da Coroa: a promulgação do Regimento do Guarda Mor do Pinhal de Leiria em 18 de Outubro de 1751. Tal normativa visava atribuir àquelas coutadas a tarefa de garantir o fornecimento permanente de produtos lenhosos para os arsenais régios libertando desse ónus regular as restantes coutadas da Coroa nas bacias hidrográficas dos rios Tejo e Sado. Quatro anos mais tarde o Terramoto de Lisboa, de 1 de Novembro de 1755, exigiu doses significativas de madeira para a reconstrução da capital e áreas envolventes. Nas décadas de 1750s- 1760s, por um lado, ensaiava-se reposição florestal por outro lado, a pressão sobre os recursos aumentava.

Para além disso, sabemos que entre 1770s e 1800, numa cronologia de nova emergência ambiental de devastação torrencial a arborização emergiu como solução para enfrentar as cheias devastadoras. No mesmo intervalo que se elevaram barreiras lenhosas para sustentação de troços das margens do rio Tejo, várias espécies florestais foram expedidas do Brasil e de outras paragens coloniais para os jardins botânicos da Universidade de Coimbra e da Ajuda [da corte em Lisboa]⁶.

Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa 1789-1815, Tomo III, J. Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco de Portugal, 1991, pp. 143-155; D. Vandelli, 'Memória sobre as Produções Naturais do Reino, e das Conquistas, Primeiras Matérias de Diferentes Fábricas, ou Manufacturas', *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa 1789-1815*, Tomo III, J. Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco de Portugal, 1991[1789], pp. 229-260.

⁶ D. Vandelli, *Aritmética Política e Finanças 1770-1804*, Lisboa, Banco de Portugal, 1994; J. Mesquita, *Observações Practicas Sobre a Plantação das Arvores, Offerecidas ao Ill[ustrissi]mo E Ex[celentissi]mo S[E]N[ho]R D[Om] Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro, e Secretario de Estado da Repartição da Fazenda, do Concelho de Principe Regente Nosso Senhor, Junto Á Sua Real Pessoa, Presidente do Real Erario, Que Dedica em Huma Conciza Memoria, João Manoel De Campos e Mesquita*, 1801, Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, Manuscritos Reservados; C. Lobo, *Resistência das Madeiras do Brasil, Constantino António Botelho De Lacerda Lobo*, 1808, Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, Manuscritos Reservados.

Internamente, as coutadas reais dispensadas do fornecimento aos arsenais [1751] sofrem desgaste abrupto a partir de meados de 1750s [1755] externamente, havia que recorrer a madeiras provenientes do império. É nesse sentido que desenvolvimento científico e arborização de zonas de risco torrencial em Portugal se vão articular com a produção de conhecimento nas viagens filosóficas no Império Português, especialmente no Brasil⁷.

Na centúria de 1700s, o domínio naval no Oceano Atlântico pertencia à França e à Inglaterra. Na sequência da Guerra da Sucessão Espanhola, aqueles impérios marítimos em fações opostas e conflito permanente, envolviam Portugal e Espanha assim como outros aliados navais na contenda. Aquelas potências dirigiam ataque corso às frotas mercantis das nações Ibéricas consoante as alianças e inimizades estabelecidas⁸. Igualmente na proximidade do Mediterrâneo e Norte de África havia que contar com ameaça equivalente da pirataria sarra-

⁷ Â. Domingues, 'Museus, Colecionismo e Viagens Científicas em Portugal de Finais de Setecentos' *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, 71, n.º 2, julio-diciembre, 2019, p. 271 [pp1-19] ISSN-L: 0210-4466 <https://doi.org/10.3989/asclepio.2019.12> (acedido em 15 de Junho de 2020); Â. Domingues e C. Garcia, 'Viagens Científicas e Coleccionismo no Mundo Ibérico (séculos XVIII-XX)', *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, dossier temático, vol. 71 n.º 2, 2019, p. 269, pp. 1-4. <https://doi.org/10.3989/asclepio.2019.12> (acedido em 15 de Junho de 2020); F. Brach, 'Syncretism and Shared Production of Knowledge in 18th Century Portuguese India', *Peoples Natures and Environment*, A. Roque, e C. Veracini, (ed.), Chapter 19, Cambridge UK, Cambridge Scholaras Publishing, 2019, pp. 266-289; J. Daniel, *Quinta Parte Do Thesouro Descoberto No Rio Maximo Amazonas: Contém Hum Novo Methodo Para A Sua Agricultura, Utilissima Praxe Para A Sua Povoação, Navegação, Augmento, E Commercio, Assim Dos Índios Como Dos Europêos*, Rio De Janeiro, Imprensa Régia, 1820.

⁸ Â. Domingues, 'Uma Cidade À Beira-Mar: O Rio De Janeiro No Cenário Da Guerra De Sucessão', *Portuguese Studies Review*, Volume 22, N.º 2, December 2014, pp. 119-145.

cena⁹. A metrópole portuguesa deparava-se com uma alternativa irregular de fornecimento de madeiras por via atlântica.

Assim, propõe-se como hipótese deste trabalho que, a pressão crescente sobre recursos florestais em Portugal em 1750s, num quadro de desastres naturais de natureza diversificada, que se prolonga pelo último quartel de Setecentos [1770-1790] em conjuntura de guerras permanentes, poderá ter impulsionado reconstituição florestal em três vertentes.

A partir de 1755, a opção mais estrutural seria a de execução de sementeiras em várias coutadas reais, seguindo o exemplo de Leiria [1751]. Neste domínio acresceria eventual oportunidade de se ensaiar a instalação de espécies florestais provenientes das colónias em viveiros no Reino. O problema é que as árvores em estado adulto só ficariam disponíveis a várias gerações. Então, a alternativa de resultados mais céleres poderia residir no afinamento de técnicas de exploração arborícola para regeneração anual de recursos, tal como sucedia com os produtos arbóreos tributáveis – como fruta e lenha de copas – prestando atenção mais vincada aos processos de manipulação arbórea de podas e de desbastes seletivos, enxertias e estacarias¹⁰. A copa das árvores, porque ciclicamente renovável e ciclicamente consumida, pode ajudar à pesquisa sobre a *floresta invisível*.

Tal como o ciclo produtivo arbóreo para tributação implicava explorar a árvore em todos os seus componentes, sem a destruir, as sebes ribeirinhas poderiam constituir simultaneamente barreiras de proteção contra inundações devastadoras e gerar produção de carvão e madeira, alternativas aos “paus reais”¹¹. O tríptico programa florestal – proteção civil, resgate ecológico, produção económica –, poderia eventualmente ter sido alargado a outras áreas do território. Falta averiguar até que

⁹ M. Versos, ‘Os Cavaleiros Da Ordem De S. João De Malta Em Portugal De Finais Do Antigo Regime Ao Liberalismo’, Tese De Mestrado, Universidade Nova De Lisboa, 2003.

¹⁰ Vide nota 4.

¹¹ E. Cabral, ‘Memória Sobre Os Danos Causados Pelo Tejo Nas Suas Ribanceiras’, *Memórias Económicas Da Academia Real Das Ciências De Lisboa 1789-1815*, Tomo I, José Luís Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco De Portugal, 1991 [1790], pp. 177-204.

ponto todos estes elementos contribuíram ou não para estimular melhor gestão florestal, pelo menos na propriedade régia.

A proposta de debate acerca da regeneração florestal em Portugal, nas coutadas reais, entre 1750s e 1800s nasce então de evidências observáveis em fontes primárias: o plantio de novas áreas de pinhal e de outra espécie, executadas entre 1721 e 1800. Paralelamente, na globalidade, as coutadas régias continuam a garantir fornecimento regular de madeira e de “paus reais” aos consumos da família real, dos arsenais da marinha e do exército¹².

A proveniência de extração daquele material lenhoso regista-se, na segunda metade de Setecentos desde a região da Beira Baixa à região de Abrantes e Santarém/Lamarosa na margem norte do Tejo, e a sul, nas áreas de Salvaterra de Magos, Benavente, Chamusca, Samora Correia; no Sado nas coutadas de Santa Margarida do Sado, Arrábida, Comporta, Alcácer do Sal, Pancas, Zambujeira¹³. Na margem norte do Tejo, as localizações referidas correspondem às regiões em que foi estabelecido o exclusivo régio de abate de paus reais de pinheiro (não esclarece se é bravo, marítimo ou manso) e sobreiro, por sua vez, áreas que tinham sofrido intensos abates nos séculos XVI e XVII¹⁴.

É intuitivo concluir que só era possível abater matéria lenhosa existente. E é esta evidência que assume protagonismo na fundamentação da capacidade de disponibilização de floresta em Portugal ao longo da Época Moderna.

¹² ‘Livros de Registo de Correspondência’, 1755-1796, [Montaria Mor do Reino, MMR1], Biblioteca e arquivo Histórico de Obras Publicas, 1605-1833; ‘Licenças de Cortes’, (1624-1833), [Montaria Mor do Reino, MMR 17], 1721-1833.

¹³ ‘Licenças de Cortes’, (1624-1833), [Montaria Mor do Reino, MMR 17], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas.

¹⁴ Gomes, R. e Monchet, K. (Coord.), *Árvores, Barcos e Homens na Península Ibérica (Séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, IAP/IHC, 2017; Monchet, K., ‘Guerra y Deforestación en el Reino de Portugal (siglos XVI-XVII)’, *Tiempos Modernos*, vol. 9, n.º 39, 2019, pp. 396-425. <http://www.tiemposmodernos.org/tm3/index.php/tm> (acedido em 15 de Dezembro de 2019).

Se nos séculos XVI e XVII já foi comprovado corte intenso de árvores nas mencionadas regiões, no século XVIII as mesmas coutadas foram recrutadas para abate de paus reais. Várias perguntas se colocam acerca dessa capacidade de oferta. Quando é que a floresta regenerou nestes terrenos, como regenerou ou mesmo em que circunstâncias poderá ter sido mantida e explorada de forma ordenada?

Os dados expostos remetem a exemplos de renovação de matas assim como de perpetuação intencional e controlada de recursos arbóreos e arbustivos sugerindo manutenção de ecossistemas ou mesmo a sua recuperação ecológica.

Tais práticas do passado poderão constituir um equivalente do que hoje entendemos como soluções ambientais. No Antigo Regime, porém, resultam tanto das preocupações económicas e de proteção às populações de *per se* mas também de outro elemento epocal o dever de exercício da Graça Régia. Proteger os mais débeis constitui essência da própria Monarquia por Direito Divino.

Importa salientar na História do Ambiente esta dimensão obrigacional da figura régia nas opções de ordenamento territorial e inovação científica em prol do bem comum-social que, aparentemente, tem escapado às interpretações funcionalistas e economicistas sobre os motores de ação régia na inovação científica centradas no lucro e privilégio das elites. Todos estes elementos serão integrados no curso do texto, sem esquecer o fio condutor de base: o de averiguar acerca de pensamento e ação humanos em ações de equilíbrio ambiental.

Se nos centramos em perguntas que visam obter respostas acerca do desgaste da floresta, aquelas versarão aquela parte do problema. Do mesmo modo, encontrar dados sobre reposição de floresta implica perseguir esta linha de investigação. Reconfigurar a imagem de destruição *a priori* e obter uma estratigrafia da evolução da paisagem florestal ou da modelação de muitas paisagens diferenciadas nos mesmos locais, exige alterar o ângulo de análise. Este remete a uma filiação teórica que se apresenta de seguida.

Pensar boas práticas ambientais ou suas homólogas no passado, fará sentido?

Nos anos 1990s na área da filosofia e na última década nas áreas da ecologia, ambiente e teologia sobre ambiente, produziu-se reflexão profunda acerca de modos para manter a vida no Planeta. Entre outros, Joaquim Cerqueira Gonçalves discorre sobre a impotência da ciência e da tecnologia *de per* na resolução de problemas ambientais de escala global, salientando a importância e relevância da necessidade da mudança de paradigma da ação humana para com a natureza e, a partir daqui, na possibilidade de se alterar o modo como o fator humano utiliza a ciência, na fruição do planeta [1995, 1998]¹⁵. Este novo filão de pensamento evolui no terceiro milênio.

Mohan Monasinghe, em *Sustainable Development in Practice* [2009] gera pensamento sobre a agência humana em escalas micro e macro de atuação, quer ao nível do cidadão quer de governança. O cidadão comportando-se de forma ambientalmente sustentável na família e próximo da sua vizinhança, gerando um grau de exigência ambiental maior na sua vida, traduzida no voto e em ganhar ou perder eleições, acabará por atingir o poder político. No fundo, propõe uma cidadania cada vez mais exigente da qual dependerá a escolha de agentes de governança¹⁶.

Por sua vez, numa área que integra ações de re-naturalização e recuperação da natureza a linha de estudos de história de ecologia e ambiente [1998-2014], de alguma forma enquadra e antecipa uma ideia positiva da intervenção humana no território para travar a erosão

¹⁵ J. Gonçalves, 'A responsabilidade ambiental uma leitura medieval paradigmática: Redução das Ciências à Teologia de S. Boaventura', *Veritas*, v. 40, n. 159, 1995. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/35995> DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-6746.1995.159.35995> (acedido em 15 de Junho de 2020)

J. Gonçalves, *Em Louvor da Vida e da Morte*, Lisboa, Colibri, 1998.

¹⁶ M. Munasinghe, *Sustainable Development In Practice*, UK, New York, Cambridge University Press, Cambridge, 2009.

dos solos e obter a recuperação de ecossistemas através de arborização parcelar de alguns terrenos [2009-2014]¹⁷.

Avançando noutra direção, Papa Francisco na encíclica *Laudato Si* [2015] lança a proposta inovadora no âmbito epistemológico de: uma ecologia-integral. A sua visão implica conferir – na mesma medida de dignidade e de viabilidade da vida – o resgate da coisa nascida, brotada em inter-relação¹⁸. Tal proposta coloca no centro de preocupação de rumos para a viabilidade do Planeta toda a coisa e ou criatura surgida, toda a *natura*, e assim, articula o elemento ecológico com o elemento humano como partes da mesma realidade, interdependentes e em inter-relação.

No campo da ética ambiental, Nicholas Agar [2015] considera, como Joaquim Gonçalves [1998] que a resposta ecológica ao Planeta não depende da onipotência da ciência manipulada e aplicada pelo fator humano mas de uma mudança substantiva de paradigma acerca do valor intrínseco da natureza. Há uma valia inerente a todo o ser e todo o ser-vivo de *per se*, que não depende de qualquer reconhecimento e aprovação do ser humano. Aquela faculdade do valor ser-vivo é anterior e independente à consciência humana sobre o mesmo. Tal proposta, do ponto de vista da ética sobre a natureza implica não uma nivelção da natureza ao homem mas uma anterioridade e universalidade de valorização do ser vivo sem uma hierarquia e assim toda a natureza é valorizada¹⁹.

De valor igualmente substantivo e publicada ainda em 2015 é a resolução das Nações Unidas *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. O documento soma dezassete objectivos desdobrados em 169 metas visando atingir promoção e dignificação ecológica e humana em todos os quadrantes do mundo²⁰.

¹⁷ M. Hall, ‘The High Art Of Rewilding: Lessons From Curating Earth, In *Rewilding*, N. Pettorelli, S. Durant, & J. Du Toit, Cambridge, Eds., Cambridge, Cambridge University Press, Chap. 11, 2019, pp. 201-221.

¹⁸ L. Francisco, *Sobre o Cuidado da Casa Comum*, Lisboa, Paulinas, 2015.

¹⁹ Agar, N., *The Sceptical Optimist: Why Technology Isn’t The Answer To Everything*, Oxford Uk, Oxford University Press, 2015.

²⁰ UNO, ‘Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development’, United Nations A/RES/70/1 General Assembly, 21 October 2015

Em todas as obras anteriormente mencionadas altera-se profundamente o discurso ambiental e ecológico, parametrizado ao nível da expressão mundial no século XX. Reconhecendo o estado de degradação da Terra e sem branquear a responsabilidade pretérita do fator humano no quadro atual de risco ambiental do século XXI, eleva-se o patamar de discussão para se pensar em estratégias de “como resolver”. Descentra-se a apresentação exclusiva do que é negativo na ação humana para apontar fórmulas de inversão do rumo de destruição e viabilizar a vida na Terra como a conhecemos (ainda no século XXI).

Pois foi reunindo ideias inspiradas nas reflexões precedentes – sustentabilidade em movimento, ecologia-integral, biocentrismo, urgência na ação, resposta urgente a problemas concretos pontuais ou universais de ecologia e ambiente, mas acima de tudo, a possibilidade de agir e fazer algo de positivo para o bem-comum, que brotou a vontade de avaliar até que ponto, também no passado, se pensaram propostas de viabilização e correção de quadros ambientalmente difíceis.

Propõe-se que o anátema lançado à prestação humana na História Ambiental possa ser levantado no sentido de se avaliar boas práticas ambientais ou seus equivalentes no passado, em contexto histórico apropriado.

É nesse sentido que nos desafiamos a percorrer e analisar o significado das medidas de renovação do parque florestal adotadas pela Coroa Portuguesa na segunda metade do século XVIII e início do XIX no território luso como potenciais indicadores de outros caminhos e perspectivas de análise sobre o tema em apreciação: modelação diferenciada de paisagens florestais ou evolução natural.

Seventieth session Agenda items 15 and 116 15-16301 (E) *1516301*, Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015. https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E, (acedido em 10 de Outubro de 2018).

Cronologia para uma hipótese: regeneração florestal 1751-1807

A cronologia de 1751 a 1807 baliza elementos importantes do ponto de vista das estratégias de regeneração florestal patrocinadas pela Coroa no território português. Os marcos temporais escolhidos enquadram diferentes modos de gestão de manchas florestais, várias tipologias de propriedade e de agregados de árvores.

Do ponto de vista *stricto sensu* de administração florestal, a data de 1751 marca o momento de transferência da tutela da administração dos Pinhais de Leiria para a Secretaria de Estado da Marinha, desvinculando esta tutela do organismo que até então detinha a alçada sobre todas as coutadas e pinhais da Coroa desde 1521, a Montaria Mor do Reino. Idealmente a partir de 1751 apenas e só os Pinhais de Leiria forneceriam madeira para a marinha de guerra e o exército, imprimindo um objetivo de especialização e eficácia produtiva de floresta para mastreação e madeiras.

De forma intencional ou não, esta medida proporcionaria condições de recuperação arbórea das coutadas das bacias hidrográficas do Tejo e do Sado. Por outro lado, a proximidade dos Pinhais de Leiria ao mar reduzia o tempo de transporte no fornecimento de madeiras tanto para a serração de Vieira de Leiria como para o arsenal régio em relação aos toros que vinham da região de Abrantes.

Por sua vez, com a deslocação da família real portuguesa para o Brasil, em 1807, interrompe-se e finaliza-se um ciclo de investimento direto da Coroa na renovação do seu parque florestal, tanto nas coutadas de caça e de mata no interior (bacias hidrográficas do Tejo e do Sado) como nos *Pinhais de Leiria*. Nesse processo, os grandes impulsionadores da arborização de 1800-1807, D. João VI e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, afastam-se da supervisão direta sobre a correspondente evolução dos pinhais na metrópole.

Como veremos, tanto os regimentos do Guarda Mor do Pinhal de Leiria de 18 de Outubro de 1751, como o das Reais Coutadas de 21 de Março de 1800, refletem o pensamento sobre ordenamento florestal e obrigam tanto à renovação como à expansão do parque de massa

lenhosa verificando-se o plantio de pinhais nas coutadas reais entre 1802 e 1804²¹.

Em síntese, o intervalo escolhido baliza um naipe de assuntos sobre tensão e dinamismo florestal verificados no território português, que podemos aprofundar a partir de fontes primárias e bibliografia secundária. O primeiro escrutínio vai exigir uma preparação prévia: a familiarização com o vocabulário de época.

Floresta minha, como te encontro se não te chamas assim?

Se procurarmos na net em motores de busca sobre legislação portuguesa o termo “floresta”, por exemplo, na página do Parlamento Português que regista legislação desde 1605, <http://legislacaoregia.parlamento.pt/> o primeiro diploma que refere aquele vocábulo é o *Regimento das Coutadas de 21 de Março de 1800*. De facto, a legislação como outra documentação invocam outros termos para designarem o parque arbóreo e arbustivo silvestre ou humanizado.

Para escapar à armadilha terminológica vamos percorrer vocabulário utilizado em várias fontes na Época Moderna até ao Liberalismo, tentando explicitar também os modos de exploração e fruição de recursos naturais que se lhes encontram associados.

Nos séculos XVI e XVII, a legislação régia refere os termos “coutadas”, “pinhais”, “matas”, “bosques”, “arvoredos”²² para zonas associadas a produção de madeira e carvão. Na documentação sobre coutadas reais, estas designações correspondiam a terrenos de distribuição múltipla de espécies florestais e arbustivas como pinheiros (manso, bravo e marítimo), choupos, freixos, sobreiro, ulmeiros, teixos, carvalhos, azinheiras, castanheiros, loureiros etc.

²¹ *Regimento Para O Guarda Mor Dos Pinhais De Leiria E Superintendente Da Fabrica Da Madeira*, De 18 De Outubro De 1751, Lisboa, s. n., 1751.

²² N. Devy-Vareta, e A. Monteiro, *Os avanços e os recuos*, 2007, pp. 55-66.

A mancha arborizada, dependendo da região do reino, era intercalada por variedade significativa de arbustos para produção de utensílios vários, tinturaria e carvão como vidoeiros, esteva, esparto, espinheiro, carqueja, silvas (amora), carrasco, carqueja, tojo e ainda outros; para usos culinários, alecrim, funcho ou rosmaninho entre outros.

O primeiro conceito a interiorizar é o de que – a mata dos séculos XVI ao XVII e ainda no século XVIII – não era uma monocultura florestal! A toponímia do lugar corresponderia presumivelmente à designação da espécie vegetativa dominante. Os soutos, castiçais, montados e mesmo pinhais constituíam geografias de alternância e distribuição florestal e arbustiva múltiplas. Os próprios pinhais de Leiria forneciam carvão, estacaria, tabuado de outras espécies florestais para a Casa Real.

As “coutadas de mata” régias, distribuídas na orla costeira Oeste e bacias hidrográficas do Tejo e do Sado, já remetem esta terminologia para áreas associadas a produção cuidada de pinheiro, pelo menos desde 1605. Em Leiria entre 1751 e 1800, isto é, nos povoados florestais iniciados nas areias de Vieira e Marinha Grande até quase às dunas de Lavos e Aveiro, a toponímia de “pinhal” parece corresponder não só a uma área de predominância de pinhal com o chão e troncos regularmente limpos de mato. Por sua vez o tronco das árvores era orientado em regime de alto fuste (um único ramo e podando-se os restantes, deixando copa pequena mesmo no alto, isto é, deixando o tronco da árvore crescer *liso até acima*, permita-se a expressão para facilitar o entendimento)²³.

Nas coutadas reais, o bosque, até 1800, remete sistematicamente para um espaço silvestre, com vegetação densa, desordenada, sem ser limpo e corresponde grosso modo às zonas de caça.

Por último devemos considerar uma tipologia particular de pomar, o “pomar de espinho”. Este correspondia a espécies florestais específicas *com picos*, nos ramos ou no ouriço do próprio fruto: castanheiro, noqueira, alfarrobeira, aveleira, laranjeira e limoeiro. Com exceção dos citrinos, esta paisagem frutícola constituiu uma

²³ C. Melo, *Coutadas Reais Entre 1777-1824. Privilégio, Poder, Gestão E Conflito*, Lisboa, Montepio-Geral, 2000.

realidade mista na produção de madeira, carvão e frutos comestíveis para o consumo humano.

Acrescenta-se ao universo de árvores para produção de madeira e carvão, árvores de fruto carnudo como cerejeira ou macieira e ainda a oliveira, cuja madeira é mais associada à produção de mobiliário. Na fruticultura englobam-se as espécies *florestais* como o pinheiro manso, sobreiros e azinheira, produtores de pinha (para combustível) e pinhão; bolota de cevadouro para o gado (azinheira) e também para produção de pão (sobreiro) e oliveira produtora de azeitonas mas também lenha de combustão lenta, tão apreciada como o sobreiro ou castanheiro.

Então de que floresta falamos na análise sobre destruição e regeneração de espécies florestais? Aquelas destinadas exclusivamente à construção naval e de produção de carvão como produto primário e não subproduto ou de um universo mais abrangente que engloba um conjunto de árvores e arbustos, desde que não fossem cultivadas maioritariamente para exploração frutícola?

A interligação de árvores de fruto e espécies florestais vem confundir bastante as categorias. Contudo, neste trabalho importa cruzar o sector frutícola e silvícola e observar a exploração destas espécies multi-produtivas que nos permitem seguir trajetórias de exploração continuada do objeto árvore, na longa duração, uma vez que, os seus múltiplos elementos constituíam substância tributável. E esta matéria era alvo de registo aquando da respetiva cobrança de impostos sobre produto agrícola.

Como se mencionará em lugar próprio, sínteses para o estudo da floresta portuguesa no século XIX entram em linha de conta com este problema. E para a Época Moderna?

Regeneração florestal na Idade Moderna: a modelação de um problema

Em 2007, Nicole Devy Vareta e António Alves Monteiro num texto sobre “Os avanços e os recuos da Floresta em Portugal – Idade Média ao Liberalismo”²⁴ corroborando a tese da destruição e o abate

²⁴ N. Devy-Vareta, e A. Monteiro, *Os avanços e os recuos*, 2007, pp. 55-66; R. Gomes, e K. Monchet, (Coord.), *Árvores, Barco*, 2017.

daquele património para abastecimento dos arsenais da coroa, introduzem no entanto um elementantíssimo para outra reflexão: o cuidado atribuído pela mesma Coroa à reposição de floresta, para substituir aquela extraída, logo a partir do século XVI, no que designam por “Fomento e exploração florestal durante a Época Moderna”. Para a tese que queremos desenvolver, o mérito deste capítulo discreto é a reflexão sobre as medidas régias tomadas na Idade Moderna para compensação do parque florestal que tem passado despercebido, tanto quanto podemos observar, em restante observação académica, mesmo a mais recente.

Para os séculos XX e XXI foi produzida investigação substancial em múltiplas áreas disciplinares sobre arborização, reflorestação, substituição de ecossistemas, instalação de espécies florestais nativas e exóticas, para a globalidade do território Português. Já para períodos anteriores, mesmo no século XIX e XVIII, as sínteses analíticas nos domínios apontados revelam-se ainda muito escassas.

De 1500-1700, o panorama é mais encorajador no que concerne Portugal e Espanha, tendo-se produzido estudos abundantes, inclusive de cariz interdisciplinar, sobre destruição de floresta nas coutadas reais portuguesas e espanholas, durante o período da Monarquia Dual (1580-1640)²⁵. Tal exercício tratou de forma exaustiva o consumo de madeiras para construção naval nas áreas da silvicultura e botânica²⁶.

²⁵ N. Devy-Vareta, e A. Monteiro, *Os avanços e os recuos*, 2007; F. Arroyo, e K. Moncet, ‘Recursos naturales en la Península Ibérica: los aprovechamientos forestales e hídricos (siglo XV-XIX)’, *Revista Tiempos Modernos*, vol. 9, n.º 9, 2019, pp. 279-543; F. Roboredo, e J. Pais, ‘Evolution of forest cover in Portugal: A review of the 12th-20th centuries’, *Journal of Forestry Research*, vol. 25, n.º 2, 2014, pp. 249-256; C. Neves, (Coord), *História Florestal, Aquícola e Cinegética*, 6 vols., Lisboa, Ministério da Agricultura e Pescas – Direcção-Geral das Florestas, 1980-1991; N. Devy-Vareta, ‘Para uma Geografia Histórica da Floresta Portuguesa: do Declínio das Matas Medievais à Política Florestal do Renascimento (séc. XV e XVI)’, *Revista da faculdade de Letras – Geografia*, I.ª série, vol. I, 1986, pp. 5-37.

²⁶ R. Gomes, e M. Gomes, (Coord.), *Portugal, the Management of Iberian Forest Resources in the Early Modern Shipbuilding: History and Archaeology*, Lisboa, ForSEADiscovery Project (PITN-GA-2013-607545) /Instituto

Em trabalhos sobre o território luso, especialistas de vários campos disciplinares defendem que a sangria de espécies florestais – em Portugal –, se iniciou no século XVI, com o abate compulsivo de pinheiros, sobreiros e carvalhos, utilizados na construção naval, não apenas nas bacias hidrográficas dos rios Tejo e Sado, litoral de Leiria como também em regiões situadas entre o rio Vouga e o rio Minho, nas primeiras para fornecimento dos arsenais da coroa e as segundas para estaleiros municipais²⁷.

Em investigação conexa entre os séculos XVI a XVIII, conclui-se analogamente sobre abate sistemático de espécies florestais nas coutadas reais portuguesas²⁸. O património silvestre retirado do bosque, brenhas ou matas teria sido empregue em diversas atividades de arte-

de Arqueologia e Paleociências – IAP, 2015; F. Arroyo, e K. Monchet (coord.), *‘Recursos naturales en la Península Ibérica: los aprovechamientos forestales e hídricos (siglo XV-XIX)’*, in *Revista Tiempos Modernos*, vol. 9, n.º 39 (2019), pp. 279-543.

²⁷ Polónia, e F. Domingues, (coord.), *Shipbuilding: Knowledge and Heritage*, Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2018; A. Barros, *A Construção de um Espaço Marítimo no início dos Tempos Modernos*, Lisboa, Academia de Marinha, 2015; A. Barros, ‘O porto de Viana e a construção do Cais da Alfândega (1631-1633)’, *Revista da Faculdade de Letras*, III Série, vol. 7, n.º 133, (2006), pp. 133-147; K. Mochet, ‘Guerra y Deforestación en el Reino de Portugal (siglos XVI-XVII)’, *Tiempos Modernos*, vol. 9, n.º 39, 2019, pp. 396-425, N. Devy-Vareta, ‘Para uma Geografia Histórica da Floresta Portuguesa: As Matas Medievais e a ‘Coutada Velha’ do Rei’, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, 1.^a Série, vol. I, 1985, pp. 47-67. N. Devy-Vareta, ‘Para uma Geografia Histórica da Floresta Portuguesa: do Declínio das Matas Medievais à Política Florestal do Renascimento (séc. XV e XVI)’, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, 1.^a Série, vol. I, 1986, pp. 5-37, F. Reboredo e J. Pais, ‘A Construção Naval e a Destruição do Coberto Florestal em Portugal – Do Século XII ao Século XX’, *Ecologia*, vol. 4, 2012, pp. 31-42.

²⁸ ‘Licenças de Cortes’, (1624-1833), [Montaria Mor do Reino, MMR 17], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas; K. Monchet, e A. Santos, ‘Forestry and timber supply in the royal forests of the Iberian Peninsula through 16th century’, *Skyllis: Journal for underwater Archaeology*. 15-1, 2016, pp. 62-68. C. Melo, *An Analysis of the Royal Preserves in Portugal. Issues of Privilege, Power, Management and Conflicts*, Sheffield, Wildtrack, 2015.

sanato e manufaturas tanto para usos sociais como militares na produção de carvão, infraestruturas de transporte terrestre e fluvial, alfaías agrícolas, material bélico para infantaria e marinha, etc.²⁹.

Destroços de embarcações construídas entre os séculos XVI e XVIII, recentemente analisados (2015-2019), atestam fabrico de embarcações assim como de naufrágios ao longo dos séculos. Este dado é relevante na medida em que reforça o teor da informação escrita sobre a necessidade de manutenção *permanente* de unidades navegáveis na armada lusa. Corroborada por elementos arqueológicos ganha corpo a tese de utilização intensa de madeira para as embarcações da marinha de guerra e comboios mercantis por parte de Portugal³⁰.

Como foi mencionado anteriormente, o esforço de reconstrução de parque urbano de Lisboa depois do Terremoto de 1 de Novembro de 1755 parece exigir delapidação significativa de árvores nas florestas régias das coutadas do interior, no Vale do Zêzere e Alentejo. Neste processo, o património florestal da Coroa foi solicitado para fornecer madeiras de pinheiro assim como de outras espécies, desde Ovar a Torres Novas e montarias de caça do Tejo como do Sado³¹. Entre 1770s e 1800s, o consumo da Floresta teria prosseguido em moldes semelhantes de abate em ritmo regular de árvores até ao dealbar do Liberalismo português (1820s e 1830s)³².

²⁹ Licenças de Cortes', (1624-1833), [Montaria Mor do Reino, MMR 17], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas; C. Martins, *Vinha, Vinho e Política Vinícola em Portugal: do Pombalismo à Regeneração*, Tese de Doutoramento Universidade de Évora, 1998.

³⁰ A. Polónia, e F. Domingues, Coords, *Shipbuilding*, 2018.

³¹ 'Licenças de Cortes', (1624-1833), [Montaria Mor do Reino, MMR 17], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas), 1756-1777; 'Livros de Registo de Correspondência', 1755-1796, [Montaria Mor do Reino, MMR1], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas

³² I. Amorim, A. Polónia, e M. Osswald, (ed), 'Fomento e Ordenamento Florestal nas Regiões Litorais Durante a Época Moderna', *O Litoral em Perspectiva Histórica (Séc. XVI a XVIII)*, Porto, Instituto de História Moderna, 2002, pp. 172-173; L. Costa, 'A indústria. A construção naval' In *História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, Lisboa, 1995.

Todavia não se conhece qualquer síntese analítica que cubra o mapeamento da evolução ou da destruição da floresta global do território, na Época Moderna assim como não foram trabalhados dados sobre sementeiras e plantio de espécies florestais para reposição das matas régias na orla costeira e interior, nem mesmo entre 1802 e 1807³³. É igualmente indetetável, estudo sistemático acerca do volume de massa lenhosa cortada durante as ocupações francesas e inglesa (1807-1820), embora a percepção local e que formou legado e memória nacional, mas que terá de ser confirmado, é a de que à época, se teria verificado corte agressivo. Contudo, nos volumes de história militar – consultados –, não se apresenta quantificação sobre este aspeto. Pelo que, a menção de uso de lenha e madeira para logística de guerra é ainda impressiva e insuficiente no sentido de se poder aferir uma ideia global do desgaste florestal do primeiro quartel de Oitocentos em Portugal num quadro de campanhas militares sobre o território luso³⁴.

Por sua vez, no território externo, isto é, nas colónias portuguesas, a exploração de madeiras faz-se *in loco*, como se demonstra em extensa bibliografia Brasileira, mas não abastece necessariamente os arsenais portugueses pelas razões anteriormente invocadas (de pirataria no Atlântico e naufrágios de origem natural).

Mesmo contando com eventual fretagem de embarcações estrangeiras no transporte comercial para o Brasil e outras paragens do Império na África atlântica, no Índico e Pacífico, parece verosímil supor que assegurar uma reserva permanente de madeira – produzida em Portugal no século XVIII – para viabilizar, como mínimo, a manu-

³³ C. Melo, ‘Menos coutadas melhores pinhais: império, inundações, fisiocracia, guerra e especialização das matas reais em Portugal (1777-1824)’, *Revista Tempos Modernos*, vol. 9, n.º 39, 2019, pp. 456-487.

³⁴ A. Nunes, ‘Quadros da Vida Militar: das Ordenações Sebásticas às Invasões francesas’, *Nova História Militar de Portugal*, (Dir. Barata, M. e Teixeira, N.), Vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 45-98; A. Vicente, e A. Araujo, ‘Memória e Mitos da Guerra Peninsular em Portugal. A História Geral da Invasão dos Franceses de José Acúrsio das Neves’, *Revista de História das Ideias*, vol.2, 2008, pp. 241-274.

tenção da armada e comunicações marítimas, constituiria preocupação permanente dos governantes portugueses³⁵.

Num outro horizonte geográfico mas co-relacionado com o nosso tema, pioneiro nesta área em 2002, José Augusto Pádua, e, posteriormente autores como Diogo Cabral ou Hálysson Gomes da Fonseca, confirmam investigação sobre preocupações Setecentistas por parte das elites Portuguesas na Metrópole e, de reinóis no Brasil, sobre a necessidade de reposição de massa lenhosa abatida em ritmo excessivo face ao tempo da sua reposição³⁶.

Por sua vez, Diogo Cabral e Susana Cesco, sugerem que, os reinóis e dirigentes na Metrópole tinham consciência da necessidade de gerir um tipo de exploração de floresta que permitisse abastecer em paralelo usos sociais dos camponeses (construções, alfaías, carvão), reinóis, monopólios régios e tráfico comercial das Reais companhias³⁷.

³⁵ Gomes, R. e Monchet, K. (Coord.), *Árvores, Barcos*, 2017.
http://forseadiscovery.eu/sites/default/files/attachments/documents/text_deguwa_web.pdf acedido em .../.../2020.

³⁶ J. Pádua, *Um sopro de destruição*, 2002, pp 38-51; H. Fonseca, *Devastação e Conservação das Florestas na Terra de Tinharé (1780-1801)*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia 2010 disponível em https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2010._fonseca_halysson_gomes_da_de_vastacao_e_conservacao_das_florestas_na_terra_de_tinhare_1780-1801.pdf
H. Fonseca, *A Indústria Naval Baiana: A Contribuição Da Comarca De Ilhéus Na Última Década do Século XVIII*, (Disponível em http://www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/anais/halysson_gomes_da_fonseca.pdf; (acedido a _/_/2020) D. Cabral, e S. Cesco, 'Árvores do Rei, Florestas do Povo: a instituição das 'madeiras de lei' no Rio de Janeiro e na Ilha de Santa Catarina (Brasil) no final do período colonial', *Luso-Brazilian Review*, vol. 44, n.º 2, 2007. A. Lago, *Estatística Histórico-geográfica da Província do Maranhão Oferecida ao Soberano Congresso das Cortes Gerais e Extraordinárias e Constituintes da Monarquia Portuguesa, por António Bernardino pereira do Lago, Coronel do Corpo de Engenheiros*, Lisboa, na typ. da Academia Real das Ciências, 1822, p. 20.

³⁷ J. Pádua, *Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista, 1786-1888*, Rio de Janeiro, Zahar, 2002; Fonseca, H., *A Indústria Naval Baiana*.

No horizonte de interesses estratégicos imperiais portugueses³⁸, antevê-se procedimento equivalente com a gestão de recursos florestais entre Portugal e Brasil. As preocupações dos dirigentes portugueses sobre rearborização em ambas regiões afiguram-se partes da mesma política. A Carta Régia Portuguesa de 13 de Março de 1797 que legislou contenção à exploração de mata tropical³⁹ foi promulgada em sintonia com as iniciativas que se gizavam na metrópole para regenerar a floresta [régia] portuguesa o que, como veremos, iria desembocar no regulamento das Coutadas Reais de 21 de Março de 1800. Tal impressão consolida-se ainda noutras medidas tomadas por D. Maria I e D. João VI em Portugal, no Vale do Tejo e Litoral Oeste⁴⁰, ordenando em vários anos seguidos arborização de coutadas reais em terrenos de fraca aptência agrícola (1800-1804).

Já relativamente à floresta privada, a historiografia pouco ou nada revela diretamente sobre o assunto. Há que procurar métodos e estratégias indiretas de exploração deste tipo de elementos no seu devido contexto esmagadoramente rural. Uma possibilidade a considerar são as sínteses analíticas e fontes documentais que versam sobre exploração da propriedade fundiária senhorial, na longa duração. Mergulhar neste universo é revelador do quanto a história rural nos pode ajudar nesta pesquisa⁴¹.

Se recorrermos a bibliografia que utiliza contratos de empraçamento, isto é contratos de exploração de áreas agrícolas em várias vidas

³⁸ J. Pedreira, *Estrutura Industrial e Mercado Colonial. Portugal e Brasil, 1780-1830*, Lisboa, Difel, 1994; J. Pedreira, 'From Growth to Collapse. The Breakdown of the Old Colonial System. Portugal and Brazil (1750-1830)' in *The Hispanic American Historical Review*, vol. 80, n.º 4, 2000, pp. 839-865; R. Ramos (coord.), B. Sousa e N. Monteiro, *História de Portugal*, 4.ª ed., Lisboa, A esfera dos Livros, 2010, pp. 975, pp. 331-475.

³⁹ D. Cabral, e S. Cesco, *Árvores do Rei*, 2007.

⁴⁰ M. Melo, *Menos Coutadas Melhores Pinhais*, 2019.

⁴¹ M. Neto, *Terra e Conflito*, 2018; R. Ramos, (Coord.), B. Sousa, e N. Monteiro, *História De Portugal*, Lisboa, A Esfera Dos Livros, 4.ª Ed., 2010, pp. 15-329; J. Oliveira, *A Beira Alta De 1700-A 1840. Gentes E Subsistências*, Viseu, Palimage, 2002.

que passam de pai (avô) para filho e neto⁴², verificamos que este regime contratual garante à partida estabilização da produção do mesmo tipo de recursos, nos mesmos perímetros fundiários, a cerca de noventa anos ou mais. A longevidade do emprazamento a três vidas, com estabilidade dos tributos cobrados sobre os mesmos produtos agro-silvícolas, é comprovável nalguns casos, desde o século XIV ao século XIX⁴³. Exemplo desta dinâmica encontra-se nos contratos de exploração agrícola das comendas das ordens militares de Cristo, Santiago e Avis, na Idade Moderna, que cobrem o território luso de norte a sul do território⁴⁴.

⁴² R. Congost, J. Gelman, R. Santos, 'Property Rights In Land: Institutions, Social Appropriations, And Socioeconomic Outcomes', *Property Rights In Land: Issues In Social, Economic And Global History*, Abingdon, Oxon E New York, Routledge, 2017, pp. 177-204; R. Santos, e M. Roxo, 'A Tale Of Two Tragedies: The Case Of The Commons Of Serra De Mértola In The Alentejo (Southern Portugal) And Its Privatization, Eighteenth To Twentieth Centuries', In *Rural Societies And Environments At Risk: Ecology, Property Rights And Social Organisation In Fragile Areas (Middle Ages-Twentieth Century)*, Bas Van Bavel e Erik Thoen (Eds.), Turnhout, Brepols, 2013, pp. 115-144; R. Santos, e J. Serrão, 'Property Rights, Social Appropriations And Economic Outcomes: Agrarian Contracts In Southern Portugal In The Late 18th Century', In *Property Rights, Markets In Land And Economic Growth In Europe, 13th-19th Centuries*, Turnhout, Brepols, Gérard Béaur e Phillipp Schoffield (Eds.), 2013, pp. 475-494; J. Serrão, e R. Santos, 'Land Policies And Land Markets: Portugal, 18th To 19th Century' in *Property Rights, Markets In Land And Economic Growth In Europe, 13th-19th Centuries*, Gérard Béaur e Phillipp Schoffield (Eds.), Turnhout, Brepols, 2013, pp. 317-341.

⁴³ H. Fonseca, e R. Santos, 'Três Séculos De Mudanças No Sector Agrário Alentejano: A Região De Évora Nos Séculos XVII A XIX', *Ler História*, N. 40, 2001, pp. 43-94; N. Monteiro, P. Cardim, e M. Cunha, (Ed.) *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas Do Antigo Regime*, Lisboa, Imprensa De Ciências Sociais, 2005.

⁴⁴ *Optima Pars*, Projecto de investigação Financiado por FCT no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa sob a orientação do prof. Nuno Gonçalo Monteiro, e a coordenação do Prof. Doutor António Manuel Hespanha, 1999-1996; Monteiro, N. e Costa, F., *As Comendas Das Ordens Militares: Comendadores E Rendeiros 1668-1832, Relatório Apresentado*

Tais compromissos contemplam a tributação tanto em moeda como em géneros de vários produtos agrícolas, entre os quais, os designados “frutos pendentes”⁴⁵. Esta expressão designa entre outros, frutos da copa das árvores como maçãs ou cerejas mas também das espécies que designamos por “florestais” que geram pinhão, castanha, bolota, bagas de sabugueiro, etc⁴⁶. A sua perpetuação irá encontrar-se em estudos de economia agrária para o século XIX, na categoria de tributação: “Pomares de Espinho”⁴⁷.

Para o mesmo quadro temporal também nas coutadas reais se concediam licenças para apanha de lenhas e cortes de diferentes componentes bem delimitados das copas: ramos e folhagem aparelhados para aplicações específicas de várias espécies florestais (pinheiros aos choupos, salgueiros ou ulmeiros, teixos, etc.)⁴⁸.

Face ao exposto, afigura-se oportuno salientar esta circunstância: cada árvore, de *per se*, pode quase considerar-se uma fábrica auto-geradora de uma panóplia diferenciada de consumíveis. Das raízes à copa *tudo* se poderia aproveitar. Desde pasto e camas para gados à produção de ramos para alfaías agrícolas, material de construção (mo-

à Junta Nacional De Investigação Científica – JNICT, Lisboa, 1995, (Mimeo).

⁴⁵ Silbert, A., *Le Portugal Méditerranéen A La Fin De l’Ancien Régime XVIII-Début Du XIX Siècle*, 2.^a Ed., 3 Vols., Lisboa, I.N.I.C., 1979.

⁴⁶ ‘Licenças de Cortes’, (1624-1833), [Montaria Mor do Reino, MMR 17], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas.

⁴⁷ Livro de estatísticas do Município de Guimarães’, (1867-1870), [Cota: 10-8-13-34], Arquivo Alfredo Pimenta; ‘Documentos Respeitantes a informações dos Governos Cíveis acerca do estado da agricultura nos respetivos distritos’, 1860-1880 [Direção Geral do Comércio e Indústria (DGCI), Repartição de Agricultura (RA)], 1.^a Secção, Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas.

⁴⁸ C. Melo, *Coutadas Reais*, 2000, *Idem*, *An Analysis of the Royal Preserves*, 2015; *Idem*, ‘The Royal Preserves Portugal in the Modern Age: A Proto-Laboratory of Forestry?’ in *Árvores, Barcos E Homens Na Península Ibérica (Séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, IAP/Instituto de História Contemporânea, 2017, pp. 117-124; Livros de Registo de Correspondência’, 1721-1777, [Montaria Mor do Reino, MMR 2], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas.

biliário), cepa para queimar, estacarias para sebes, e “frutos pendentes” [comestíveis].

O naipe de árvores e de arbustos selecionados para este propósito, a concessão de licenças para diferente tipo de recolção de componentes bem identificados da árvore, nas fontes relativas às Matas Reais, reporta um conjunto amplo de espécies florestais como choupo, ulmeiro, azinheira, teixo, freixo, pinheiro, salgueiro, videiro, castanheiro, nogueira, etc.⁴⁹. Nesta medida, as árvores consistiam numa fonte estável de recursos alimentícios e energéticos que, numa economia de subsistência interessaria tanto às populações, como à Coroa, perpetuar.

Ponderando o que foi dito, como se concilia então uma ideia de longevidade agrária do património florestal na propriedade agro-silvo-pastoril com os discursos de destruição? Que floresta, ou melhor dito, que espécies florestais foram afinal *destruídas e/ou perpetuadas* pelos diferentes agentes sociais, em que áreas do território e em que regime político?

Enxertando aqui um parêntesis sobre demografia no século XIX, recordamos que a população portuguesa e respetiva distribuição em 1864, já num quadro de aumento demográfico Oitocentista, regista cerca de 4 188 410 habitantes⁵⁰. Este número representa menos de metade da população atual (cerca de 10,5 milhões de habitantes)⁵¹. Este registo traduz-se em distribuição humana mais limitada do território em relação à atual⁵² e a rede de povoamento em aglomerados e concentra-

⁴⁹ ‘Licenças de Cortes’, (1624-1833), [Montaria Mor do Reino, MMR 17], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas.

⁵⁰ file:///C:/Users/admin/Downloads/1864_Censos%20no%201%C2%BA%20Janeiro_vers%C3%A3o%20reduzida.pdf

⁵¹ <https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+segundo+os+Censos+total+e+por+grandes+grupos+et%C3%A1rios-512>
Rodrigues, T., *História Da População Portuguesa*. Porto, Edições Afrontamento/CEPESE, 2008.

⁵² Silveira, L., Alves, D., Lima, N., Alcântara, A. e Puig, J., ‘The Evolution Of Population Distribution On The Iberian Peninsula. A Transnational Approach (1877-2001)’ in *Historical Methods. A Journal Of Quantitative And Interdisciplinary History*, Vol. 46, 2014, pp. 157-174.

dos populacionais exprime, em 1867, coincidência de áreas agricultadas na proximidade do parque habitacional. Mesmo nas áreas rurais que caracterizam mais de 90% de atividade da população, a ocupação agrícola – talhões de cultura de presença regular do fator antrópico – não abrangia sequer metade do território luso. A área inculta ascendia a cinco milhões de hectares, embora integrasse áreas de pastagens, num total de 9 milhões, que perfaziam a área global do Reino. Em média grosseira, corresponderia a 2 hectares [200m] por cada habitante⁵³.

Então que população, que não ocupava sequer metade do território, destruíra que floresta num país fracamente industrializado e agricultado⁵⁴, nem sequer arroteado nas proporções europeias, como testemunha Tomás de Vilanova Portugal na memória acerca dos baldios de Ourém (publicada entre 1789-1815) a perspetiva do narrador é a de que existe floresta a mais na região que pode ser dispensada e arro-teada⁵⁵.

Pelo autor ficamos a saber que na Região de Ourém, na proximidade territorial de coutadas reais de Torres Novas-Leiria, onde supostamente a floresta escasseava, afinal, nos baldios dos povos, aquela seria mesmo excessiva e desnecessária podendo os povos [todos] beneficiar com o seu abate:

“O Termo de Ourém tem para 8 a 9 léguas quadradas de terreno; as matas, pinhais, terra inculta, e *baldios* ocupam duas partes do território: consequentemente os dois terços do terreno é uma quantidade

⁵³ C. Ribeiro, e N. Delgado, *Relatório Da Arborização Geral Do País*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

⁵⁴ L. Costa, P. Laíns e S. Munch, *História Económica De Portugal 1143-2010*, 3.^a Edição, Lisboa, A Esfera Dos Livros, 2014; P. Lains, *Os Progressos Do Atraso: Uma Nova História Económica De Portugal, 1842-1992*, Lisboa, ICS; P. Laíns, *Economia Portuguesa No Séc. XIX*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa Da Moeda, 1995; Reis, J., *O Atraso Económico Em Perspectiva Histórica: Estudos Sobre A Economia Portuguesa Na Segunda Metade Do Século XIX (1850-1930)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa Da Moeda, 1993, pp. 87-155.

⁵⁵ T. Portugal, ‘Memória Sobre A Cultura Dos Terrenos Que Há No Termo De Ourém’, in *Memórias Económicas Da Academia Real Das Ciências De Lisboa 1789-1815*, Tomo II, J. Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco de Portugal, 1991, pp 295-306, p 297.

excessiva; pois o cálculo vulgar é: *que uma terra não deve ter mais de um terço, nem menos de um quinto de bosques*”⁵⁶.

O paradigma sobre a proporção adequada de bosque e de terra cultivada é justificado do seguinte modo. Na serra de Porto Mós as populações rurais deviam cultivar a área inculta (florestal) pois “faz-lhe necessária a cultura da charneca, para terem milhos. É necessária para terem algumas pequenas vinhas: sem o que não vive comodamente nenhuma casa do campo. E é inútil para matagens e para pastos, porque próximos a ela ficam muitos pinhais, e s outros *baldios* dos vales de Calcaterra aonde há grandes matos, que não chegam a ser necessários”⁵⁷.

Esta versão colide taxativamente com as narrativas de escassez. A perplexidade dilui-se se considerarmos que tal consideração surge em plena discussão fisiocrata e defesa do cultivo de terrenos comuns. Ora Vilanova Portugal entendia que as populações que tinham preservado a floresta estariam erradas no modo de proceder.

Todavia, importa considerar que a proporção de floresta a abater defendida por um autor da Academia Real das Ciências na órbita de Porto de Mós – Ourém – Peniche é próximo aos terrenos de Peniche-Nazaré, onde em 1848, o município de Peniche, procede ao plantio de pinhais no litoral⁵⁸. Estes elementos sugerem outra realidade: a de um equilíbrio local entre exploração agropecuária e gestão do bosque ao nível local que falta aprofundar. Para tentar encontrar uma resposta mais equilibrada quanto à escassez ou abundância de floresta e comportamento das populações locais que integravam os vários corpos sociais, talvez os dados mais úteis provenham de estudos de história económica.

Helder Fonseca, Maria Carlos Radich, Pedro Laíns, Paulo Silveira e Sousa, Leonor Costa, Susana Miranda, Dulce Freire, comprovaram expansão agrícola da primeira para a segunda metade de Oitocentos.

⁵⁶ T. Portugal, Idem, p. 297.

⁵⁷ T. Portugal, Ibidem, p. 302.

⁵⁸ J. Magalhães, ‘Relatório Sobre A Arborisação Dos Terrenos Baldios No Concelho De Peniche’, in *O Archivo Rural; Jornal De Agricultura, Arte E Sciencias Correlativas*, VI, 1864, pp. 541-546.

Nos dados tratados por estes autores consta informação sobre espécies fruto-silvícolas nos quais é possível verificar crescimento de matéria tributada sobre pinhão, bolota e frutos secos⁵⁹.

Estes dados permitem reforçar os argumentos sobre uma tradição de conservação florestal longeva verificada então na globalidade do território luso relativamente a espécies florestais mediterrânicas de crescimento longo que levam cerca de quarenta a cinquenta anos a atingir a sua maturidade [*o seu estado adulto*]. Mesmo que a máquina fiscal se tivesse tornado mais eficaz no Liberalismo do que no Antigo Regime, na segunda metade de Oitocentos, aquelas árvores teriam de ter sido plantadas, pelo menos no início dessa centúria. Ou seja, o período de plantio coincide com intervalo em que se verificou ímpeto de reforço florestal nas coutadas reais por parte dos monarcas do regime político anterior – Monarquia Absoluta – que conviria talvez, aos liberais, ignorar não do ponto de vista florestal mas político-ideológico.

Assim, a informação recolhida neste domínio acaba por ser ainda impressiva. Já na historiografia sobre resposta humana de arborização de várias zonas de risco de erosão desencadeada no século XIX por

⁵⁹ H. Fonseca, 'A Ocupação Da Terra', *História Económica De Portugal*, II, O Século XIX, Lisboa, ICS, 2005, pp. 83-118; M. Radich, 'A Agronomia Portuguesa No Século XIX', *Ler História*, 14, 1988, pp. 87-99; M. Radich, *Agronomia No Portugal Oitocentista: Uma Discreta Desordem*, Oeiras, Celta Editora, 1996; M. Radich e A. Alves, *Dois Séculos De Floresta Em Portugal*, Lisboa, Edições CELPA, 2000. (Disponível em http://www.lucanus.cm-lousada.pt/wp-content/uploads/2017/11/2018_Lucanus.pdf (acedido a __/2020) F. Rego, *Florestas Públicas*, Lisboa, Direcção-Geral Das Florestas, 200; 'Livro de estatísticas do Município de Guimarães', (1867-1870), [Cota: 10-8-13-34], Arquivo Alfredo Pimenta); Documentos Respeitantes a informações dos Governos Cíveis acerca do estado da agricultura nos respetivos distritos, 1860-1880 [Direção Geral do Comércio e Indústria (DGCI), Repartição de Agricultura (RA)], 1.ª Secção, Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas; H. Fonseca, *O Alentejo No Século XIX: Economia E Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996; H. Fonseca, *A Ocupação da Terra*, 2005; H. Fonseca e R. Santos, 'Três Séculos De Mudanças No Sector Agrário Alentejano: A Região De Évora Nos Séculos XVII A XIX', *Ler História*, N. 40, 2001, pp. 43-94.

inundações fluviais e marítimas de proporções bíblicas, podemos encontrar bom ponto de apoio às nossas propostas de análise⁶⁰.

Em informação recolhida em estudos relativamente abundantes sobre florestação de encostas e cume de montanhas sabemos que a respetiva arborização foi impulsionada pela necessidade de conter inundações torrenciais de impacto de erosão devastador sobre solos aráveis e de elevadíssimo potencial de destruição de culturas agrícolas⁶¹. Tais cheias deveram-se a grande acréscimo de pluviosidade na Europa ao longo da centúria de Oitocentos, em que a curva de precipitação revelou crescimento elevado em relação ao século XVIII. Em consequência verificou-se a ocorrência de cheias torrenciais desde Portugal à Áustria⁶². A mencionada arborização, de encostas e margens de rios, verificou-se entre, 1810s a 1880s, nos Alpes, Pirenéus, Apeninos, Serra Nevada, Maciço Central Ibérico e dunas litorais, nas regiões europeias com fronteira marítima mediterrânica e/ou Atlântica.

Nestas interpretações sobre a arborização Oitocentista, isto é, de medidas tomadas no século do Progresso Industrial e Científico⁶³, em curso em Portugal e na Europa ressalta dimensão de salvaguarda ecológica dos ecossistemas e controlo sanitário ambiental⁶⁴.

Como vemos, em desenvolvimento adequado no caso de estudo, entre 1770s e 1780s, não só se verificaram inundações devastadoras nos vales do Tejo e do Mondego em extensas áreas da geografia portuguesa, destruindo culturas, bens, vidas humanas e gado, como a

⁶⁰ A. Carvalho, e J. Pádua, ‘Dossier, História e natureza na América Latina’, *Fronteiras*, vol. 7, n.º 3 2018, pp. 11-20.

⁶¹ C. Pfister, Strategien Zur Bewältigung Von Naturkatastrophen Seit 1500, Am Tag Danach Zur Bewältigung Von Naturkatastrophen in *Der Schweiz 1500-2000*, Bern, Haupt, 2001, pp. 209-255; C. Melo, *Arborizar Contra Cheias*, 2017

⁶² Idem, *Ibidem*

⁶³ M. Rollo, M. Nunes, M. Pina, e M. Queiroz, (Coords), *Espaços E Actores Da Ciência Em Portugal (XVIII-XX)*, Casal De Cambra, Caledoscópio, 2014; A. Salgueiro, M. Nunes, M. Rollo e M. Lopes, *Internacionalização Da Ciência. Internacionalismo Científico*, Casal De Cambra, Caledoscópio, 2014.

⁶⁴ M. Hall, *Restoration And History: The Search For A Usable Environmental Past (Studies In Modern History)*, Newyork And UK, Routledge, 2014.

reação da rainha, seus ministros e populações locais para conseguir a minimização de danos, foi muito similar àquele descrito nas sínteses sobre contenção torrencial pirenaica e alpina no século XIX: plantaram-se sebes vegetais nas margens dos rios, em Portugal erguendo-se barreiras arbustivas e florestais para regularização das águas dos rios nos respectivos leitos.

O estudo aprofundado das respostas portuguesas à correção torrencial em Setecentos poderá lançar novidade na historiografia nacional e europeia a vários níveis, pois as medidas anunciadas pela silvicultura Oitocentista pela França e nações germânicas⁶⁵ poderá ter sido antecipada em várias décadas em Portugal.

Importa então conhecer de forma mais detalhada que respostas e motivações originaram arborização e manutenção florestal em Portugal na segunda metade do século XVIII não apenas por iniciativa régia mas também por parte das populações.

Floresta benigna: “bem te quero” mal te uso?

Coroa, clero e povos, não obstante a estrutura social de privilégios e de distinções, pela via da necessidade terão desenvolvido formas por todos conhecidos na gestão e fruição dos bosques e seus recursos. Mesmo que para exercício do privilégio e do não privilégio, a abundância servia a todos, a escassez não. Para além disso, as ordenações Filipinas não impedem o uso dos bosques nem da apanha dos seus recursos às populações, pelo que, o exercício de restrição dos mesmos apresenta regras diferenciadas entre o regime de coutada e outro tipo de regime de propriedade que falta ainda analisar na globalidade para as propriedades da nobreza e clero⁶⁶.

Então poderemos pensar que na medida em que a floresta responde a necessidades económicas e sociais de Coroa, nobreza, clero congregacional ou diocesano, mestres, povos rurais ou outros corpos de Antigo Regime, interessaria a todos eles encontrar forma de perpetuar o bosque e respetivas produções pois isso beneficiaria todos os grupos

⁶⁵ C. Melo, *Arborizar Contra Cheias*, 2017.

⁶⁶ Idem, *An Analysis of the Royal Preserves*, 2015.

sociais, nomeadamente os mais desfavorecidos. Não podendo analisar o universo de todos os regimes de propriedade centramo-nos em área de influência régia.

Desde, pelo menos 1575, a metodologia de escolha de árvores para os arsenais reais era marcada pela restrição de direitos sobre os “paos reais” nas zonas sujeitas ao Regimento do Sobreiro; um regime de exclusivo imposto numa extensa região da bacia hidrográfica do Tejo e partes do Sado, do interior para o Litoral e, na faixa litoral entre Vieira de Leiria e Pombal, tanto em propriedade da coroa como de senhorias nobiliárquicas, eclesiais e municípios. Por sua vez, todos os cortes de “paus reais” nas coutadas reais e perímetros assinalados pelo regimento dos sobreiros, em propriedade tanto da Coroa como senhorial e eclesial abrangida pelo perímetro ali definido numa extensa região do Vale do Tejo, eram controlados e acompanhados pela entidade que geria e policiava as coutadas reais, a Montaria Mor do Reino⁶⁷. Contudo, em 1751, introduz-se uma exceção: os pinhais régios do litoral, na faixa a norte de Lisboa, foram submetidos a outra tutela que não a da Montaria Mor do Reino. Aquelas áreas florestadas passaram a ser geridos pela Administração da Marinha e a sua gestão foi dotadas de regulação própria, o *Regimento do Guarda Mor dos Pinhais de Leiria*⁶⁸.

O novo regulamento “no qual se dá forma para o bom governo, e boa arrecadação da minha Real Fazenda, conservação, e aumento de meus Pinhais”⁶⁹ tinha por objetivo primordial fornecer diretamente a Ribeira das Naus. Aquelas matas foram reservadas para uma função exclusiva: produzir madeira e outros bens de origem lenhosa (betumes e pez, por exemplo) para os arsenais reais⁷⁰.

Por sua vez, o corte dos “paus reais” manteve-se um exclusivo da coroa nestas geografias mas agora sob alçada do Guarda Mor do

⁶⁷ Idem, *An Analysis of the Royal Preserves*, 2015; Idem, *Coutadas Reais*, 2000; Livros de Registo de Correspondência’, 1721-1777, [Montaria Mor do Reino, MMR 2], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas.

⁶⁸ *Regimento Para O Guarda Mor Dos Pinhais De Leiria E Superintendente Da Fabrica Da Madeira*, De 18 De Outubro De 1751, Lisboa, s.n., 1751.

⁶⁹ Idem, preâmbulo.

⁷⁰ Idem, §2.

Pinhal de Leiria que por sua vez respondia à tutela da Administração da Marinha e já não da Montaria Mor do reino. E como já sucedia nas outras coutadas do Tejo e Sado, o corte de árvores para os arsenais só se podia executar “onde os paos estiverem mais bastos não consentindo que se cortem a eito mas sim por desbaste em forma que o Pinhal não fique por parte calvo, antes com paos, que possam criar-se com grandeza”⁷¹ [ou seja, em alto fuste para mastreação e tabuado].

No mesmo ato legislativo é ordenado o plantio de novos pinheiros e respetiva expansão “onde houver largueza, e capacidade” e proteção dos “picoitos” [árvores pequenas em regeneração]⁷² acrescentando-se um elemento fundamental de ordenamento e proteção à floresta, prevenção contra incêndios florestais. Era obrigatória a manutenção dos aceiros [corredores de terra rasa /estradas internas no pinhal (em terra batida), limpas de mato] por parte dos oficiais creditados para aquele serviço e o lançamento de queimadas controladas no acesso aos ditos aceiros, no tempo certo do ano [ainda húmido e frio] para evitar a propagação das chamas: “O Guarda Mor tem obrigação de mandar fazer todos os anos pela Pascoa; e véspera de S. bernardo deve ir ao lugar da Marinha, aonde estarão todos os couteiros para efeito de lançarem fogo às charnecas que partem com os aceiros”⁷³.

A eficácia de gestão da mata passaria igualmente pela prevenção de fogos florestais pensada na concessão de licenças livres de qualquer tributação para apanha de matos e lenhas aos moradores das populações circunvizinhas: “Concedo faculdade, para que toda, e qualquer pessoa possa livremente entrar nos meus pinhais, e deles posa tirar lenha seca, ou rama, mato, e cepa, sem que por isso lhe leve emolumento algum”⁷⁴.

O *Regimento do Pinhal de Leiria* fornece então um ideário de ordenamento florestal e de abatate alternado dos seus recursos. Porém estes esforços parecem ter sido nebulados na sequência do Terremoto

⁷¹ Idem §3.

⁷² Idem§4.

⁷³ Idem§7.

⁷⁴ Idem §23.

de Lisboa de 1755 na medida em que, em vez de se conhecer a evolução da reposição florestal o discurso sobre socorro público acaba por realçar ainda maior pressão de abate sobre as florestas régias.

No período subsequente ao *Terramoto*, urgia refazer o parque urbano, se assim podemos designar, remover os escombros, limpar as ruas e reconstruir as casas dos habitantes. Sobre este aspeto nem o Marquês de Pombal nem o Rei tinham dúvidas. A catástrofe natural do terremoto de Lisboa de 1755 (de alcance europeu) e reconstrução de Lisboa exigia madeira de várias proveniências. Nas providências tomadas para a recomposição da cidade mandou-se “proceder a devassa sobre os monopólios e contrabandos de madeira”⁷⁵ com vista a responder às necessidades mais urgentes de reconstrução tão celementemente quanto possível. E neste tempo de urgência recorreu-se também ao Brasil.

Para agilizar o fornecimento de madeiras a Lisboa promulgou-se legislação facilitadora da importação de madeiras do Brasil na qual se concedeu redução de tributos aos toros transportados em qualquer frota da Companhia do Grão Pará e Maranhão ou por esta contratada⁷⁶. A mensagem chegou à outra margem do Atlântico e desenvolveram-se esforços no sentido de viabilizar tal medida no terreno. Abateu-se madeira e armaram-se navios com cargas daquele produto destinadas a Lisboa⁷⁷.

⁷⁵ Resumo das ‘Providências que se deram no terramoto que padeceu a Corte de Lisboa no ano de 1755 ordenadas e oferecidas à majestade fidelíssima de El – Rei D. José I, Nosso Senhor, 1758, por Amador Patrício de Lisboa, citada in Mineiro, A., ‘A Propósito Das Medidas E Da Opção Política De Reedificar A Cidade De Lisboa Sobre Os Seus Escombros, Após O Sismo De 1 De Novembro De 1755: Reflexões’ in *1755: O Grande Terramoto De Lisboa*, Vol. I, Descrições, 2000, pp. 189-236.

⁷⁶ Alvará citado in *1755 o Grande Terramoto de Lisboa*, Idem.

⁷⁷ H. Fonseca, *Devastação e Conservação das Florestas na Terra de Tinharé (1780-1801)*, Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História, desenvolvida sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Hilda Baqueiro Paraíso e Coorientação da Prof.^a Dr.^a Maria José Rapassi Mascarenhas, 2010, <https://ppgh.ufba>.

Mas até que ponto se podia contar com a regularidade de entrega das remessas de madeira provenientes do Brasil sabendo-se que o quadro bélico no Atlântico podia ser desfavorável aos comboios mercantis portugueses e que, na sequência do terremoto se verificaram tempestades marítimas. Condições que à época em nada garantiam o sucesso do trânsito naval no oceano. Aliás, em 1759, quatro anos volvidos desde a destruição de Lisboa e da instituição da referida Companhia do Grão Pará e Maranhão [1755] é o rei que fornece madeira das suas coutadas – mil paus reais – para a construção de navios destinados ao trânsito da referida companhia.

“Para o Monteiro Mor do Reino. Sua Majestade é servido que Vossa senhoria passe ordens necessárias para se fazer um corte no Pinhal de Alcácer do Sal, na suficiente e precisa quantia de mil paus, para se fabricar os navios que hão de servir a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, pagando a referida Companhia aos donos dos mesmos paus o preço que ajustarem. Deus guarde Vossa Senhoria, Paço 27 de Agosto de 1759// Conde de Oeiras”⁷⁸.

De igual modo os militares disponibilizados para a sua defesa seriam garantidos pela Coroa⁷⁹.

O rei ordenou que os navios fossem construídos nos arsenais da Corte [Lisboa] o que implicava utilizar madeiras da floresta das coutadas reais em Portugal, e não no Brasil. Dada a disponibilidade de madeiras na colônia a pergunta que se coloca é porquê?

Parece de todo inverosímil que, mesmo na sequência do Terramoto de Lisboa, potências inimigas concedessem livre-trânsito ao transporte

br/sites/ppgh.ufba.br/files/2010._fonseca_halysson_gomes_da._devastacao_e_conservacao_das_florestas_na_terra_de_tinhare_1780-1801.pdf (acedido em 15 de Junho de 2020)

⁷⁸ Livro único, 1755-1812, folio 128v.º [Ministério do Reino, MR-1], Biblioteca e arquivo Histórico de Obras Publicas.

⁷⁹ Lista dos oficiais de soldados que na Fragata Nossa Senhora da Atalia que vai por comboio da frota do Grão Pará e Maranhão, Livro único, 1755-1812, folio 45v.º [Ministério do Reino, MR-1], Biblioteca e arquivo Histórico de Obras Publicas.

de madeiras a impérios marítimos que mesmo amigos seriam sempre rivais no domínio dos mares, que tal como Portugal empregariam madeira exatamente para o mesmo fim. Ademais madeiras potencialmente resistentes ao impacto das massas hídricas oceânicas e ventos fortes constituiriam mesmo alvo de cobiça numa Europa também sobre grande pressão florestal.

Seria uma questão de prudência estratégica construir barcos para a frota mercantil de Lisboa, considerando que, apesar de tudo a costa lusa e o porto de Lisboa corria menos riscos de investidas navais contra Portugal do que na costa aberta do Brasil? De facto, a dificuldade de livre-trânsito no Atlântico iria mesmo agravar-se no último quartel de Setecentos com o crescendo de conflitos entre potências imperiais.

Em 1776 eclode a Revolução Americana contra a Inglaterra a que se seguiu ajuda prestada pela França àquele movimento. Na Europa a alvorada das Revoluções liberais inicia-se com a Francesa em 1789, seguindo-se as campanhas napoleónicas [1796-1815] que desencadearam um turbilhão de incertezas políticas. Ao ameaçar *o staus quo* cultural, social e fronteiriço de potências autocráticas, o confronto estalou entre impérios europeus no palco terrestre e marítimo.

Havendo que manter a comunicação com o Brasil e restantes partes do Império seria prudente a Coroa garantir uma reserva florestal com espécies que já se sabia adequadas à construção de navios. Paralelamente outros consumos do bosque eram estáveis. Na sequência do terremoto, em todo o reino, a população vinculada a profissões e ofícios do mundo agrário manteve a sua atividade utilizando recursos lenhosos para consumo energético e aplicações várias como, por exemplo, fabrico de alfaías agrícolas, meios de transporte terrestres e fluviais. Havia que gerir a floresta de forma equilibrada.

De facto, nas décadas de 1750s-70s, as coutadas reais das terras baixas dos vales do Tejo, Sado e litoral marítimo foram recrutadas para fornecer madeira aos arsenais e reconstrução da capital e cumpriram essa função. Essa geografia diminuiu a sua capacidade de oferta das matas requerendo, presumivelmente, um tempo de pousio florestal para recuperação.

No início do Reinado de Dona Maria I [1777] ordena-se abate de árvores para os arsenais na região do Tejo Alto, nas coutadas de To-

mar-Abrantes, em vales alcantilados e escarpados do Alge e do Zêze-re. Tal registo sugere a transferência de consumo das zonas baixas para as zonas altas onde, curiosamente, o registo de crimes de destruição ou abates indevidos da floresta real em orografia – de habitação difícil e menos aptas à agricultura do que as campinas do Tejo-, é quase omisso⁸⁰. Voltaremos a este tópico em lugar adequado.

Já as consequências do depauperamento de árvores das matas nas zonas baixas sem tempo de reposição e, eventualmente, de algum desgaste das encostas do Tejo Alto, em Portugal, entre 1770 e 1783, terão facilitado a progressão de águas torrenciais sobre terrenos agricultados e ocupados pelas populações. Os meios destas não eram suficientes para combater aqueles fenómenos. O quadro de calamidade pública renovada anualmente requeria intervenção superior. Era tempo de Graça Régia.

Missão proteger: a Graça Régia

Habitados que nos encontramos a leituras sobre os fatores económico e de poder como principais motores de ação política, importa salientar que, as lógicas de Antigo Regime são substancialmente mais complexas do que os paradigmas económico e ambientais atuais. A Coroa tinha por missão proteger os seus súbditos. Há que introduzir aqui a dimensão do exercício simbólico da *Graça Régia*.

Para além do perdão total que aquela faculdade confere, ao monarca por direito divino, este tem por dever garantir segurança física às populações, sem dúvida em quadros de guerra e invasão inimiga. Mas o mesmo *dever* era devido à proteção física daquelas em conjunturas de calamidade pública.

No Antigo Regime, na Monarquia Absolutista por Direito Divino, há obrigações régias para com as populações que constituem elementos estruturantes da sociedade de então. O monarca assume-se como alter-ego de Deus na Terra, na função protetora dos *seus* súbditos⁸¹. Se

⁸⁰ Melo, C., *Coutadas Reais*, 2000.

⁸¹ P. Cardim, ‘Religião E Ordem Social Em Torno Dos Fundamentos Católicos Do Sistema Político Do Antigo Regime’, *Separata Da Revista De*

a vida é um dom de Deus, a responsabilidade de garantir as condições vitais de sobrevivência dos súbditos pertence ao monarca no topo da hierarquia social⁸².

De forma simplificada podemos considerar que, *os critérios de auto e altero legitimação de reconhecimento do poder régio* se revelariam no cumprimento de uma função que justifica a existência da própria realeza: a salvaguarda dos mais desfavorecidos. A relação entre quem concede proteção e recebe proteção é necessariamente dialógica, elemento constituinte fundamental na legitimação da estrutura social de privilégios, que comporta deveres recíprocos⁸³.

Já no liberalismo português a função equivalente de prover à segurança pública, que inclui a proteção física dos cidadãos, fundamenta-se em algo parecido mas distinto e também complexo.

Se a proteção da vida das populações se funda nos deveres quase morais de governança, essas competências já não são decisão última da figura real. Com o Pacto Social estabelecido por uma lei que está acima da figura real, pois obriga o próprio monarca a direitos e deveres limitados por essa mesma lei, a graça régia diminuiu de alcance.

História Das Ideias, Vol. 22, Coimbra, Faculdade De Letras, 2001, pp. 133-174.

⁸² M. Garcia, *Dissertação Inaugural Para O Acto De Conclusões Magnas*, Coimbra, Imprensa Da Universidade, 1862.

⁸³ D. Curto, *A cultura Política em Portugal*, 1994; D. Curto, 'Conclusões: Nobreza Manuelina E Seus Descendentes', *D. Álvaro Da Costa E A Sua Descendência, Séculos XV-XVII: Poder, Arte E Devoção*, (Coord. Maria Lurdes Rosa), Lisboa, IEM – Instituto De Estudos Medievais, CHAM – Centro De Estudos De Além-Mar, Lisboa, Caminhos Romanos, 2013, pp. 343-359; Maltez, J., 'O Estado E As Instituições', in J. Dias (coord.) *Portugal Do Renascimento À Crise Dinástica* in Serrão e A. Marques *Nova História De Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 337-412; Pereira, J. 'A Estrutura Social E O Seu Devir', in J. Dias *Portugal Do Renascimento À Crise Dinástica* in J. Serrão e A. Marques (coord) *Nova História De Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 277-336; Paiva, J., 'Um Corpo Entre Outros Corpos Sociais: O Clero', *Revista De História Das Ideias*, Vol. 33, 2012, pp. 165-182; Cardim, P., 'Centralização Política E Estado Na Recente Historiografia Sobre O Portugal De Antigo Regime', *Nação E Defesa*, 87, Outono 98, 2.ª Série, Lisboa, Instituto De Defesa Nacional, 1998, pp. 129-158.

Numa dimensão paralela aquela responsabilidade e meios para a executar, na Monarquia Constitucional, a função de vigiar e obter a segurança das populações passa a constituir responsabilidade alargada partilhada pelo Poder Executivo e Legislativo⁸⁴.

Neste regime político o Governo escolhia a prioridade de atuação dos programas políticos. Porém a Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa legislou no seu artigo 9.º que, a preservação de segurança e saúde públicas antecederse necessariamente todas as prioridades e etapas estabelecidas em qualquer programa do Poder Executivo.

De facto, no decurso da Monarquia Constitucional [1834-1910] por várias vezes o quadro de carestia alimentar e ciclos sucessivos de epidemias alimentou o debate parlamentar, e especificamente na primeira metade do século, na lógica do socorro a prestar pelo Estado, em quadros de calamidade extrema. Os governantes só apanharam mesmo um susto político, por efeitos de calamidade pública epidémica, quando a Rainha em 1858, em pleno espectro de morte devido a febre-amarela, tifo e cólera que debelaram cerca de 10% da população de Lisboa entre 1857-58, saiu à rua a tratar os doentes. O Reino podia ficar sem herdeiro. Até lá e posteriormente, a questão do controlo das torrentes e da saúde pública não ameaçava as políticas de obras públicas e de fomento e não reorientou a política florestal⁸⁵.

Curiosamente a monarca absolutista D. Maria I agiu de forma muito diferente. A rainha atribuía importância superlativa ao fator religioso na vida como na governança territorial⁸⁶. Entre 1777 e 1790, as medidas levadas a cabo por ordem e envolvimento da soberana, para se conterem as inundações torrenciais, projetavam significado mais profundo: a assunção de uma responsabilidade única, individual, intransmissível, insubstituível. Ante tudo, nas lezírias do Tejo, a segurança dos súbditos e fiéis vassalos de Sua Alteza Real encontrava-se em elevado grau de perigo. Imperava inverter este rumo.

⁸⁴ Hespanha, A., *Guiando A Mão Invisível. Direitos, Estado E Lei No Liberalismo Monárquico Português*, Coimbra, Almedina, 2004.

⁸⁵ C. Melo, *Arborizar Contra Cheias*, 2017.

⁸⁶ L. Ramos, *D. Maria I*, Lisboa, Círculo De Leitores, 2015.]

Cuidar dos súbditos, disciplinar a natureza irrequieta

No início do seu reinado, em 1777, D. Maria herdava um lastro significativo de problemas político económicos e sociais no plano externo como interno, tanto na metrópole como nas colónias. No Reino, desde 1770, a natureza não cooperava. As terras banhadas pelo Tejo e Mondego sofriam anualmente a derrocada de equipamentos, arrastamento e afogamento de culturas⁸⁷.

Em 1780s a voragem das águas engolira mesmo árvores, gados e pessoas⁸⁸. Nas terras baixas a calamidade pública instalou-se pois avolumava a fome das populações e degradação do estado geral de saúde de corpos subnutridos. O tempo era de medidas pragmáticas: salvar pessoas e garantir condições para a produção de comida.

A soberana dominava possivelmente muito melhor do que algum dos seus antecessores, o Senhor Rei seu pai D. José I e o ministro de confiança deste, o Marquês de Pombal, as áreas prejudicadas pelas inundações do Tejo.

Amazona inveterada e apaixonada pela arte venatória de caça maior e a cavalo, a rainha *vivia nas coutadas* cerca de nove meses por ano⁸⁹. De Setembro/Outubro a Junho, percorria múltiplas vezes toda a sua extensão no vale do Tejo assim como no Sado. Só no Verão é que

⁸⁷ D. Vandelli, 'Memória Sobre O Encanamento Do Mondego' *Memórias Económicas Da Academia Real Das Ciências De Lisboa 1789-1815*, Tomo III, J. Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco De Portugal, 1991 [1790], pp. 13-19; Cabral, E., 'Memória Sobre Os Danos Do Mondego No Campo De Coimbra, E Seu Remédio', *Memórias Económicas Da Academia Real Das Ciências De Lisboa 1789-1815*, Tomo III, J. Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco De Portugal, 1991[1790], pp. 141-165; Idem, 'Memória Sobre Os Danos Causados Pelo Tejo Nas Suas Ribanceiras', *Memórias Económicas Da Academia Real Das Ciências De Lisboa 1789-1815*, Tomo I, José Luís Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco De Portugal, 1991 [1790], pp. 177-204.

⁸⁸ Correspondência do Conde de Valadares Encarregado das Obras do Ribatejo', 1783-1790, [Ministério do Reino MR 43 –], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas, Docs-1-177, docs 364-366.

⁸⁹ Melo, C. *Coutadas Reais*, 2000.

transitava das áreas de caça de grossa (javalis e cervídeos) para Queluz (onde podia caçar à perdiz) e Caldas da Rainha [onde ia apanhar fresco]. As deslocações a Lisboa, oficialmente ao local da Corte, eram reduzidas ao mínimo⁹⁰. Em Lisboa, residia exclusivamente durante os tempos litúrgicos fortes e festas religiosas solenes: do Advento ao Natal, da Quaresma à Páscoa das Flores; regressava à localização oficial da corte para a festa de Pentecostes e do Corpo de Deus. O restante tempo (entre 1777-1792) residia fundamentalmente em Salvaterra de Magos com algumas sortidas também a Vila Viçosa e pontualmente outras áreas em corridas de curta duração⁹¹.

Tal calendário de frequência das coutadas de caça implica que a Rainha não só dominava perfeitamente a geografia das áreas inundadas como residia nas coutadas durante a estação das chuvas, sendo-lhe fácil avaliar o impacto destas no terreno⁹². Lançando-se na perseguição das presas e matilhas até onde os cães agarrassem os veados, gamos, corsos e javalis, a soberana podia identificar diretamente as fragilidades dos diversos tipos de terrenos.

Por experiência própria podia aferir acerca da estabilidade ou dos perigos e armadilhas dos terrenos aluviais, os pontos de rebentamento das margens e de invasão de terrenos cultivados, a mobilidade dos lodos e zonas pantanosas dos sapais ou o aumento de areais improdutivos. Assim, as margens sem proteção ou com esta, que exigiam reparações também lhe eram necessariamente familiares⁹³. Conhecia portanto os pontos mais frágeis que precisavam de proteção no Tejo.

Em 1770, a extensão inundada ultrapassara mesmo a invasão das cheias em 1669. Mas o problema atingia outra proporções porque de evento excecional, as cheias de 1770s de proporções superlativas, repetiam-se anualmente tornando o quadro mais grave do que aquele vivido no reinado do seu trisavô, o Senhor D. Pedro II⁹⁴.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Idem.

⁹² Idem.

⁹³ Idem.

⁹⁴ Correspondência do Conde de Valadares Encarregado das Obras do Ribatejo', 1783-1790, [Ministério do Reino MR 43 –], Biblioteca e Arquivo Histórico

Embora o efeito das inundações tivesse recrudescido, na percepção dos agentes no terreno, no intervalo de 1669 até 1770, a partir deste ano sucederam-se cheias de efeito destruidor. No biénio de 1783-84, perderam-se sementeiras de Outono e Primavera por arrastamento e afogamento das plantas. A reposta foi a colmatagem de bocas abertas nas margens do Tejo e de tentativa de sustentação das margens com sebes vegetais: “O Dezembargador Superintendente da mesma obra do ribatejo me informa que já vem descendo gente (...) e por isso lhe ordenei a tapagem das Bocas que restao na Tapada, (...) e que (...) se principiasse na Tapada da Boca de Escaroupim, e a plantação do arvoredo em todo o prolongo daquele campo”⁹⁵.

Todavia o esforço era insuficiente para manter as águas no leito do rio. Em 1784 decidiu-se a mudar o rumo dos acontecimentos. A rainha diligenciou em conformidade e instituiu a Intendência das Obras do Tejo. A esta dependência da Coroa foi atribuído objetivo único: regularizar as águas do rio para evitar cheias “caudalosas” [torrenciais e destruidoras]. A incumbência da direção de tais trabalhos coube ao Conde de Valadares⁹⁶.

Cumpria ao Intendente das Obras do Tejo minorar o efeito das cheias torrenciais do maior eflúvio da Península Ibérica, no final do seu percurso, com cerca de 1086km de extensão da nascente à foz e, à época, sem fragmentação de caudais em diques e barragens ou quaisquer canais de derivação de águas.

de Obras Públicas; ‘Documentos relativos a obras e administração das lezírias do Tejo’, caixa 1756-1821, [Ministério do Reino (MR) – 34-], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas.

⁹⁵ Correspondência do Conde de Valadares Encarregado das Obras do Ribatejo’, 1783-1790, [Ministério do Reino MR 43 –], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas.

⁹⁵ ‘Documentos relativos a obras e administração das lezírias do Tejo’, caixa 1756-1821, [Ministério do Reino (MR) – 34-], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas, Documentos numerados de 1-161; Relatório de Estêvão Dias Cabral, 1789, documentos numerados de 162-202.

⁹⁶ BAHOP, MR – 34-Documentos relativos a obras e administração das lezírias do Tejo, caixa 1756-1821.

Na região a intervir, de Abrantes-Barquinha, Golegã-Santarém e Salvaterra de Magos-Almeirim, a cerca de 60-90 km da foz, por um lado as correntes já tinham percorrido e engrossado caudais ao longo de cerca de 1000km e por sua vez, a mesma área, na órbita de Salvaterra de Magos, era atingida pelo refluxo de águas associado ao regime de marés atlânticas.

A tarefa era hercúlea. Mas não obstante condições tão desfavoráveis, a realidade é que cerca de um ano volvido da sua nomeação o Intendente conseguira levar uma parte daquela empresa a bom termo⁹⁷. Em 1785, os trabalhos avançavam com sucesso obtendo-se resultados palpáveis na região de Azambuja e Asseca⁹⁸

“Tendo conseguido a conclusão das Bocas da Tapada do Tejo, medindo estas grandes a grande distância de 812^{1/2} varas, ate, de 484 De Escaroupim e a geral reforma da Tapada na distancia de 5\$023 varas, plantando raízes capazes de segurar a terra, e salgueiros com outras plantas de enredar em todo o prolongo da mesma tapada, achando-se tudo frondoso em uma parte considerável pegado, e a outra parte dando a mesma esperança”⁹⁹.

Em Julho do mesmo ano o Conde de Valadares anunciava ainda a conclusão da “tapada da Boca de Escaroupim, e a plantação do arvo-

⁹⁷ Correspondência do Conde de Valadares Encarregado das Obras do Ribatejo', 1783-1790, [Ministério do Reino MR 43 -], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas: Informação de todas as obras que se tem feito nas lezírias de Villa Franca de Xira desde o princípio do anno de 1785 te o fim de 1786 e das que se estão actualmente fazendo', Documentos. 177-196.

⁹⁸ Correspondência do Conde de Valadares Encarregado das Obras do Ribatejo', 1783-1790, [Ministério do Reino MR 43 -], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas, Documento 177-Informação de todas as obras que se tem feito nas Lezírias de Villa Franca de Xira desde o princípio do anno de 1785 te o fim de 1786 e das que se estão atualmente fazendo'.

⁹⁹ Correspondência do Conde de Valadares Encarregado das Obras do Ribatejo', 1783-1790, [Ministério do Reino MR 43 -], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas, 14-06-1884, documento 44.

redo em Todo o Pronlogo daquele campo”¹⁰⁰. Portanto, na margem esquerda, a sua sustentação devia realizar-se com um entramado de arbustos e árvores enleados entre si.

Esta rede herbáceo-florestal se barrava areias, rochas ou troncos deixava atravessar as águas e lodos com nutrientes. Uma vez passado o período das enchentes torrenciais (que se caracterizam pela emergência de caudais grossos em períodos curtos, característicos de regime pluvial mediterrânico), o solo absorvia os recursos hidrológicos ou aqueles evaporavam, proporcionando a germinação das plantas semeadas. Mas para que este resultado fosse repetido e as sebes permitisse apenas a passagem das águas benéficas, aquelas estruturas tinham de ser cuidadas e **aparadas anualmente**. Caso contrário, como ensinava e prevenia Valadares, havia o risco do investimento realizado se transformar em catástrofe¹⁰¹.

O emparedamento do rio seria obtido com uma estrutura sólida e permeável à passagem da água mas suficientemente resistente para manter dentro do leito do rio todos os resíduos sólidos arrastados nas correntes. A manutenção de um muro de plantas com uma dimensão e peso controlados acautelava outros perigos¹⁰².

Assim, as árvores e arbustos não podiam atingir grandes dimensões pois corriam o risco de cair para dentro do rio e abrir os cômodos que se tapavam com tanto esforço. Para evitar tal desfecho havia que executar um “decote” periódico da barreira vegetal atendendo ao equilíbrio que se devia manter entre densidade e peso da respetiva copa das árvores ou da balsa (emaranhado arbustivo, silvado), levantado na margem dos rios adequados à sustentação das margens.

¹⁰⁰ Correspondência do Conde de Valadares Encarregado das Obras do Ribatejo’, 1783-1790, [Ministério do Reino MR 43 –], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas, 1783, Doc 31.

¹⁰¹ ‘Documentos relativos a obras e administração das lezírias do Tejo’, caixa 1756-1821, [Ministério do Reino (MR) – 34-], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas, Documentos numerados de 1-161

¹⁰² ‘Documentos relativos a obras e administração das lezírias do Tejo’, caixa 1756-1821, [Ministério do Reino (MR) – 34-], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas, Documentos numerados de 1-161.

Em 1788, quase em triunfo, Valadares reportava a Sua Alteza Real D. Maria I, os sucessos alcançados com os trabalhos desenvolvidos em dois anos apenas, entre 1884 e 1886. Não só fora possível minimizar o impacto de arrastamento e destruição de sementeiras pelas águas torrenciais como os aluviões tinham cessado de depositar areias em boas terras de sementeira. Acrescia a este grande feito o resgate de áreas agricultáveis entre Muge e Salvaterra de Magos que não se cultivavam desde o reinado do Senhor D. Pedro II, subterrâneas a um manto arenoso de detritos aluviais que cobria os solos férteis¹⁰³.

Ora com a intervenção de Valadares e oficiais sob seu comando, registou-se avanço do plantio de materiais lenhosos nas margens do Tejo, em Frente ao Pinhal de Escaroupim – numa faixa de 500 braças do leito para o interior [cerca de 250m] – sob administração direta da Coroa¹⁰⁴. Esta ação implicou produzir para regenerar no mesmo lugar, numa previsão de longa duração, recursos lenhosos que obtendo a sustentação das margens e encostas, geravam simultaneamente materiais para estacarias de suporte (também das margens) e material de potencial energético.

No âmbito da Graça Régia e da economia agrícola em quatro anos apenas o esforço desenvolvido parecia ter obtido resultados muito superiores aos realizados nos três reinados anteriores. De facto, em 1788, com a minimização do impacto das cheias, a Intendência das Obras do Tejo alcançara cinco feitos de monta, tanto em propriedades da Coroa como em áreas circundantes:

- Redução de quadros sistemáticos de fome.
- Eliminação de focos de águas estagnadas e manutenção de águas potáveis correntes, com benefício tanto para a saúde pú-

¹⁰³ Correspondência do Conde de Valadares Encarregado das Obras do Ribatejo', 1783-1790, [Ministério do Reino MR 43 –], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas: Informação de todas as obras que se tem feito nas lezírias de Villa Franca de Xira desde o princípio do anno de 1785 te o fim de 1786 e das que se estão actualmente fazendo', Documentos. 177-196.

¹⁰⁴ Idem.

blica como para a agricultura (pois as culturas não apodreciam debaixo de água)

- Aumento da extensão dos terrenos para cultivo
- Acréscimo de rendimentos para coroa resultantes do cultivo das áreas agrícolas recuperadas para este efeito (atestado pelo Almojarife das Lezírias)¹⁰⁵.

Mas a quebrar este intervalo de sossego entre 1788 e 1789 o drama da devastação de colheitas pelas cheias fluviais repete-se. A barreira silvo-arbustiva só fora instalada em troços de grande vulnerabilidade de inundação nas áreas de Salvaterra. Não acompanhava o rio da foz até às zonas aluviais a norte na Golegã ou a jusante de Muge. O problema da destrui  o de culturas persistia portanto em grandes extensões da lez  ria ribatejana.

Por outro lado o desvio causado pelas ilhas existentes no leito do rio e pela derrocada de sebes e entulho dali provenientes para dentro das   guas, se permitia criar nateiros ótimos    agricultura na margem norte, obrigava ao desvio das águas para sul, aumentando o potencial de destrui  o nos terrenos de cota mais baixa da margem esquerda do Tejo. Para proteger o lado sul havia que rebentar com terrenos   r  veis na parte norte do rio¹⁰⁶.

A questão agudiza-se entre os funcionários régios do Almojarifado das Lezírias, da Intendência das Obras do Tejo e das coutadas reais. Três instâncias com responsabilidades perante a Coroa no sentido de proteger o seu patrim  nio que para cumprir com as respetivas obriga  es têm de propor e lutar por a  es opostas ou contraditórias.

Tal como na Intendência das Obras do Tejo nas lezírias, os couteiros e monteiros da Rainha tinham por fun  o arborizar e providenciar para que as novas planta  es vingassem. Num polo diferente, cabia ao Almojarifado das Lezírias do Tejo desenvolver os máximos esforços para obter a maior produ  o possível nas terras agrícolas da Coroa e, manter ou aumentar os proveitos agrícolas para a Casa Real.   reas

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Cabral, E., Memória Sobre os Danos Causados pelo Tejo, 1991.

agrícolas e de pastagens de grade qualidade da Casa Real que o Intendente das Obras queria fazer explodir para nivelar o leito rochoso do rio e eliminar obstáculos geomorfológicos ao livre curso dos caudais¹⁰⁷ situados dentro do rio. Vivendo em coutadas, a rainha podia avaliar estes problemas diretamente.

D. Maria I nas suas travessias entre Lisboa e vala de Salvaterra de Magos terá experimentado melhores ou piores atracagens dependendo da degradação ou sustentação das margens para aproximação à margem. Do mesmo modo, podia observar o efeito benigno ou prejudicial do tipo de paliçadas e barreiras florestais introduzidas dentro do rio em ambas as margens.

Porém, os argumentos justificativos do rebentamento de propriedades produtivas da Coroa para regularização das águas do rio não devem ter sido bem recebidos por D. Maria I, pois em 1789, chamou outro perito muito apreciado na Corte, a dar parecer sobre matéria complexa, a de travar os males provocados pelas cheias do Tejo e do Mondego.

De forma quase agressiva, o Padre Estêvão Dias Cabral, especialista em engenharia hidráulica salienta que a obra empreendida até então [por Valadares] na arborização das margens para sustentação teria sido quase inútil, por diminuta na escala de intervenção e no processo de plantio.

Na prática Estêvão Cabral reforça as posições de Valadres com uma nuance: os métodos de reforço de arbustos silvestres e espécies florestais só seriam eficientes adotando não uma *cortina vegetal* mas uma mata densa de arvoredos e florestas¹⁰⁸. O engenheiro ensina então como fazer porque tinha testemunhado a eficácia da densidade arbórea praticada *pelas gentes locais* noutras áreas: “Vi alguns exemplos de como devem ser: e um dos bons existe vizinho à Azinhaga nas Praias

¹⁰⁷ Correspondência do Conde de Valadares Encarregado das Obras do Ribatejo', 1783-1790, [Ministério do Reino MR 43 –], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas, Documentos 192-268; 'Documentos relativos a obras e administração das lezírias do Tejo', caixa 1756-1821, [Ministério do Reino (MR) – 34-], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas, Documentos numerados de 1-161

¹⁰⁸ Correspondência do Conde de Valadares Encarregado das Obras do Ribatejo', 1783-1790, [Ministério do Reino MR 43 –], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas, documentos 1-366

do Infantado; e são infinidades de pequenas vergas de salgueiro plantadas em muita vizinhança umas das outras”¹⁰⁹.

Na realidade quase citando o relatório de Valadares (de 1788), apresenta como exemplo de sucesso a arborização das areias de Martinina pois “estas demonstram que à força de plantações de árvores, entre arbustos e ervas costuma o rio depor o lodo e areia mais facilmente”¹¹⁰. O exame prossegue para jusante na direção da Chamusca e Santarém em total desalento face ao impacto da destruição das cheias: “Deste sítio das Praias do Infantado e Chamusca [margem esquerda] a Santarém [margem direita], já disse, são três léguas de confusão, §21 [a zona intervencionada por Valadares aparentemente com pouco sucesso]. O mal parece-me desesperado nem sei que cousa se possa obrar, senão como se faz nas doenças graves, que se tome tempo”¹¹¹.

Como receita genérica de regularização do leito do rio advoga o plantio massivo de povoados florestais com regeneração silvestre para gerar matos e brenhas impenetráveis para que: “se faça bosques de árvores à direita, e à esquerda em todos os areais para que com o tempo venha a ser restituído o terreno que falta”¹¹².

Relativamente aos mouchões do Tejo, aqui confirma plenamente o diagnóstico e soluções já propostas por Valadares defendendo claramente a sua destruição assim como dos mouchões e salgueiros no leito ou proximidade das margens; onde quer que fosse que aquelas estruturas obrigassem o rio a desviar a sua corrente natural.

A posição académica do engenheiro, ao contrário do que sucedia com os agentes diariamente no terreno, esquecia que se por um lado a Coroa aparentava ter todos os meios para agir, só podia intervir de forma direta nas áreas sob sua tutela. Os limites de intervenção encontravam-se associados, ao que tudo indicia, ao regime e direitos de propriedade privada de senhorias nobres e eclesiásticas.

¹⁰⁹ Cabral, E., *Memória Sobre os Danos Causados pelo Tejo*, 1991, p. 192.

¹¹⁰ Idem, p. 188.

¹¹¹ Idem, p. 192.

¹¹² Idem, p. 194

Para entrar neste assunto importa mencionar um ponto prévio: no Antigo Regime, os direitos da Coroa exercem-se sobre todos os terrenos marginais de águas correntes fluviáveis e navegáveis – ao longo de todo o ano, por motivos de segurança – proteção. Porém só são aplicáveis a uma estreita faixa de terreno- a cota máxima de área banhada ao longo do ano e não em situações de exceção, portanto a coroa não podia agir sobre a globalidade dos perímetros das bacias hidrográficas primárias (cursos principais)¹¹³.

A Graça Régia na proteção das margens do Tejo seria exercida por motivos de calamidade pública mas limitada aos direitos e regime de propriedade. A hipótese de correção hidráulica de Estêvão Cabral podia desenvolver o modelo ideal livre de constrangimentos de atuação que no final, só poderá ser imposta/realizada nas propriedades da Casa Real.

À Coroa e às populações não convinha perder área agrícola por causa das inundações nem de arborização que invadissem áreas tradicionalmente cultivadas e recuperadas nos terrenos dos mais férteis do Reino. Entre 1790 e 1800 num cadinho de efervescência e debate fisiocrático outra solução vai sendo congemina articulando e satisfazendo, aparentemente, a extensa gama de interesses invocados ao nível da produção agropecuária e silvícola.

Na viragem do século, a solução é encontrada num golpe de inteligência e elegância magistral pelo Ministro do Príncipe Regente D. João: D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Arguto e pragmático inventa uma solução para as águas do Tejo e florestas que prospectiva tanto o aumento de rendimentos como o prestígio do monarca; uma via de conciliação que permite manter os mouchões do Tejo, expandir a área agrícola para toda a superfície resgatada nas Lezírias aos areais e produzir mais floresta em zonas de fraca aptidão agrícola¹¹⁴.

¹¹³ Cordeiro, J. *Indústria E Energia Na Bacia Do Ave (1845-1959)*, Texto Policopiado – Trabalho De Síntese Para Provas De Aptidão Pedagógica E Capacidade Científica, Universidade Do Minho, Braga, 1993; Lobão, M., *Tractado Pratico E Compendiario Das Águas, Dos Rios Públicos, Fontes Públicas, Ribeiros E Nascentes Dellas*, Lisboa, Imprensa Régia, 1827; M. Garcia, *Dissertação Inaugural*, 1862.

¹¹⁴ Melo, C., *Menos coutadas*, 2019, pp. 456-487.

É neste processo que (finalmente) se entende a proposta de descoutamento florestal das matas reais do sul do Tejo, na região de Salvaterra de Magos em 1800, nomeadamente na área do Pinhal de Escaroupim e, se pretende reforçar massivamente a floresta em áreas menos produtivas do ponto de vista agrícola.

Retomamos agora o tópico sobre a geografia de produção florestal nas coutadas de Tomar e Abrantes, ou seja, nas áreas mais escarpadas dos vales do Alge, Zezere e Nabão assim como de outros vales da bacia hidrográfica do Tejo Alto, reservadas no novo Regimento das coutadas de 21 de Março de 1800 como áreas vocacionadas a produção de árvores. Por sua vez a atividade principal das terras de lavoura nas lezírias do Tejo, seria a agricultura, inclusive nas áreas das coutadas reais¹¹⁵.

Descoutar o pinhal de Escaroupim e áreas circundantes nas terras de Salvaterras de Magos à Chamusca, não significava eliminar a floresta para arroteamentos. Pelo contrário o Regimento de 21 de Março de 1800 obrigou à sua florestação. Tal alteração saldava-se em benefício duplo para a Casa Real: produção agro-silvícola¹¹⁶.

Os argumentos convincentes? Seguir a par com as nações civilizadas da Europa explorando as diferentes geografias e multiplicando os seus recursos de acordo com as aptidões naturais de cada área para se obterem melhores resultados económicos. Paralelamente, exercendo novamente a faculdade da Graça Régia em benefício das populações ao conceder novas áreas para agricultura e inaugurando o plantio de espécies trazidas da América, como Batatas. D. João, Príncipe Regente aceitou todas estas propostas¹¹⁷.

Promulga-se o novo regimento de 1800. Com esta medida eliminavam-se as sobreposições administrativas. Cumpria ao Almojarifado das Lezírias garantir que a terra do pinhal de Escaroupim assim como o plantio de novos pinhais era executado nas margens do rio; retirou-se esta área da tutela da Montaria Mor do Reino a qual foi encarregue

¹¹⁵ Idem

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Idem.

de reforçar a floresta na restante área das coutadas de caça e de mata da margem norte do Tejo e nas áreas das do Sado¹¹⁸. Reitera-se a ordem de plantar novos pinheiros em Escaroupim, Leiria e coutadas de Alge e Abrantes entre 1802 e 1804.

Afinal na viragem do século e antes das invasões napoleónicas a Coroa de Antigo Regime lança um novo plano de ordenamento agro-florestal nas suas propriedades destinado tanto à recuperação como incremento silvícola e agrícola.

O sucesso ou insucesso destas medidas terá de ser ainda avaliado. O epílogo desta história é que, no âmbito das invasões napoleónicas e com a transferência da Corte para o Brasil em 1807 a manutenção de floresta parece ter sido acarinhada pela gestão Francesa e descuidada pelo consulado britânico em Portugal¹¹⁹, impressão que carece de confirmação mais cuidada em análise posterior.

Notas conclusivas

Aproximamo-nos do fim sem responder à maioria das questões levantadas ao longo do texto. Todavia há algo de novo a afirmar. Emergindo da plêiade de exemplos apresentados sobre ação para o resgate dos ecossistemas e da sustentabilidade, novo horizonte se perfila na história ambiental para a segunda metade do século XVIII em Portugal: o das repostas humanas positivas a desafios paisagísticos de equilíbrio ambiental na manutenção dos ecossistemas e na defesa das condições da vida das populações.

Na nossa história, como vimos, tal pensamento implicou equacionar soluções ambientais promovidas pelo agente humano em reposição de património vegetal e arbustivo considerando o estabelecimento de uma reserva florestal de produtos lenhosos para diversos usos sociais e manufatureiros, preservação ecológica dos solos (pedolo-

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ 'Livros de Registo de Correspondência', 1755-1796, [Montaria Mor do Reino, MMR1], Biblioteca e arquivo Histórico de Obras Publicas, 1800-1833.

gia), controlo da saúde e segurança públicas. Então, um equivalente de boas práticas e soluções ambientais no Antigo Regime poderá ser apontado para épocas passadas da História de Portugal.

Na prática, acaba por se perceber que houve regeneração florestal em localizações diferenciadas, em intervalos longos, nas coutadas reais, pela recorrência de abate das mesmas espécies na longa duração realizado também, nas mesmas zonas de extração. Tal verificação sugere tempos de pousio e regeneração florestal natural. Mas a proporcionalidade desta realidade face ao desbaste no século XVIII e para períodos anteriores encontra-se por aferir. Não se conseguindo medir o *quantum* da densidade vegetativa reposta, podemos concluir apenas que teria sido impossível cortar e expedir carradas de troncos da Região de Abrantes para Lisboa se as árvores não existissem naquelas localizações.

A mola de expansão florestal nas coutadas reais, mais uma vez, terá sido impulsionadas por três ordens de fatores: quadro de guerra externa e dificuldade de fornecimento de madeiras do exterior em particular do Brasil; calamidades públicas e graça régia; usos sociais e evolução do pensamento económico e evolução científica de lógica de naturalização e transferência de culturas¹²⁰ que permite romper com uma cultura secular de regime e direitos de propriedade de formas de produção estáticas.

Atendendo às considerações previamente elaboradas afigura-se oportuno realçar a importância do contexto Histórico na interpretação ambiental. Só se consegue entender a ideia de resgate ambiental a partir do exercício da faculdade de Graça Régia considerando as obrigações dos soberanos, e os limites à sua atuação numa arquitetura social de privilégios entre pares, o que implica limitações ao ordena-

¹²⁰ Fernandes, M., ‘Silent Passengers – On The Long-Distance Transportation Of Plants Across Oceans In The Era Of Navigations’, *Peoples Natures And Environment*, A. Roque, C. Veracini (Ed.), Chapter 17, Cambridge UK, Cambridge Scholars Publishing, pp. 238-251; Idem, ‘Acácias Errantes acácias Infestantes: notas de ascensão e queda de uma utopia florida’ in *Lucanos, Ambiente e Sociedade*, Vol II, 2018, pp. 180-191. http://www.lucanus.cm-lousada.pt/wp-content/uploads/2017/11/2018_Lucanus.pdf (acedido em 15 de Junho de 2020).

mento do território dependente do direito de propriedade. Para analisar as questões ambientais do século XVIII importa articular dimensões múltiplas nos campos do social, político, religioso, económico e mesmo ecológico já muito distinto de períodos anteriores. Entender por exemplo porque o terremoto de Lisboa provoca desarborização e as inundações florestação e reconfiguração de paisagens.

A consequência desta chamada de atenção é que mesmo arquitetando e moldando a paisagem para se obter uma dinâmica de fruição-renovação de recursos em equilíbrio, há aspetos civilizacionais de uma teia de relações de interdependências de direitos e deveres seculares urdidas desde a Idade Média ao fim do Antigo Regime. Essa espessura cultural não se altera nem em quadros de calamidade pública e urgência de intervenção para o bem comum.

No plano mais específico da exploração e regeneração florestal *in situ* num regime de propriedade específica, as coutadas reais, há várias considerações a tecer. As ações desenvolvidas entre a promulgação dos regimentos de 1751 e 1800, no âmbito da arborização vão abranger áreas diversas. No intervalo de cinquenta anos, ambos os diplomas, não só foram promulgados para repor floresta como para a expandir e perpetuar numa exploração ordenada; esta ação inclui arborizar parcelas nas encostas e terrenos marginais para contenção de torrentes.

No plano do desenvolvimento florestal na Europa haverá pontos a clarificar. A cronologia do plantio de sebes silvo-arbustivas para aqueles fins em Portugal antecipa em décadas a adoção de medidas equivalentes sobre correção hidro-florestal de bacias hidrográficas noutras nações europeias. Eventualmente a diferença reside na escala? Este ponto carece de muito maior aprofundamento. Face aos elementos enunciados talvez haja matéria para reequacionar algumas questões dadas como adquiridas na historiografia europeia sobre inovação silvícola e reação ambiental aos desastres naturais tanto no período contemporâneo como na Época Moderna.

Outro elemento fascinante que brotou neste trabalho é o do levantamento de manchas florestais em estrutura defensiva, em sebe ou em paliçadas de entramado arbustivo e arbóreo como sede de floresta reprodutiva na continuidade. É quase tão óbvio que se torna banal.

Mas o encarregado das obras do Tejo defendeu este mecanismo como abastecedor regular de carvão da Casa Real para evitar o recurso a carvoaria em árvores. A dimensão económica de produção de lenhas

e frutos que as barreiras florestais de sustentação das margens ou, podemos extrapolar, de delimitação de propriedades, poderá constituir elemento interessante no quadro de subsistência de Antigo Regime. Podemos intuir mas não afirmar mimetismo deste mecanismo para propriedades confinantes da nobreza e igreja.

Indiretamente é no estudo sobre meios para contenção de inundações torrenciais que se demonstrou constituir prática corrente a multifuncionalidade e a explorabilidade da copa das árvores. A utilização de recursos anualmente regeneráveis responde a uma parte da gestão da floresta invisível que, como também se enunciou, se poderá obter estudando contratos de exploração fundiária e respetiva tributação relativa a elementos agro-silvestres. Esta análise não cabe na economia deste texto mas poderá afirmar-se como um elemento utilíssimo no conhecimento sobre floresta nativa portuguesa.

É esta floresta invisível assim como a floresta visível na propriedade senhorial régia, laica e eclesiástica que importa ainda estudar. Só analisando a exploração de floresta nos senhorios laicos e eclesiásticos, em futuras sínteses, poderemos obter então uma perspetiva mais global sobre a exploração da floresta portuguesa e confirmar ou propor novas teses sobre as dinâmicas de evolução desse património nas épocas Moderna e Contemporânea.